

FONTES SOBRE A INFÂNCIA

Diagnóstico de fontes de
informação sobre a criança
e o adolescente

FONTES SOBRE A INFÂNCIA

Diagnóstico de fontes de
informação sobre a criança
e o adolescente

Rede Marista de Solidariedade

1ª edição

Curitiba – PR
2012

Apoio:



FONTES SOBRE A INFÂNCIA: Diagnóstico de fontes de informação sobre a criança e o adolescente.
Iniciativa Rede Marista de Solidariedade e Instituto HSBC Solidariedade

Concepção e Coordenação Técnica: Centro Marista de Defesa da Infância

Coordenação: Geliane Quemelo

Equipe Técnica: Claudia Cartes Patrício, Marcelo Keiji Saito, Tyciana Paula Begnini, Vanisse Simone Alves Corrêa

Comissão editorial de adolescentes: Érica Jaqueline Ribeiro, Ádila Luiz de Araújo, Rubens Mateus Fernandes de Oliveira, Brendha Emanuele de Araújo

Revisão de conteúdo: Jimena Grignani e Barbara Pimpão Ferreira

Revisão ortográfica: Alessandra Menini

Coordenação do Projeto Gráfico: Alexandre Lourenço Cardoso, Kelen Yumi Azuma e Pollyana Devides Nabarro

Coordenação Editorial: Centro Marista de Defesa da Infância

Diagramação: Clarissa Martinez Menini

Fotos: acervo da Rede Marista de Solidariedade

Contato: solidariedade@marista.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Fontes sobre a infância: diagnóstico de fontes de
informação sobre a criança e o adolescente /
Rede Marista de Solidariedade. – 1. ed. –
São Paulo: FTD, 2012.

ISBN 978-85-322-8078-7

1. Crianças e adolescentes – Brasil 2. Crianças e ado-
lescentes – Direitos 3. Fontes estatísticas 4. Indicadores
sociais 5. infância 6. Informação – Fontes 7. Pesquisa I.
Rede Marista de Solidariedade.

12-02613

CDD – 362.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Diagnóstico de fontes de informação sobre a
criança e o adolescente: Fontes estatísticas oficiais:
Bem-estar social
362.7



Sumário

Prefácio	7
Apresentação	11
Introdução	15
CAPÍTULO 1	
Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes: Apontamentos e Reflexões Teórico-práticas	18
Glossário	56
Referências Bibliográficas	58
CAPÍTULO 2	
Importância do Monitoramento para a Efetivação dos Direitos da Infância	62
Referências Bibliográficas	75
CAPÍTULO 3	
Levantamento de Fontes de Informação sobre a Infância	76
FONTES ESTATÍSTICAS OFICIAIS	
NACIONAIS	
1. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	78
1.1 Censo Demográfico	80
1.2 Contagem da População	82
1.3 Estatísticas do Registro Civil (RC)	84
1.4 Indicadores de Desenvolvimento Sustentável	86
1.5 Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic)	88
1.6 Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)	90
1.7 Pesquisa Mensal de Emprego (PME)	92
1.8 Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE)	94
1.9 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)	96
2. Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (Datapus)	99
3. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)	103

Sumário

FONTES ESTATÍSTICAS OFICIAIS (continuação)

NACIONAIS

4. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)	106
5. Sistema de Informação Para a Infância e Adolescência (Sipia)	108
6. Instituto Sangari – Mapa da Violência	110

REGIÃO SUL

7. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes)	117
8. Fundação de Economia e Estatística (FEE)	119

INSTITUIÇÕES QUE REALIZAM PESQUISAS

NACIONAIS

1. Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (Ciespi)	121
--	-----

REGIÃO SUL

2. Pastoral da Criança	122
3. Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICom)	124
4. Programa de Apoio a Meninos e Meninas Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Bertholdo Weber (Proame)	126

OBSERVATÓRIOS E NÚCLEOS DE ESTUDOS

NACIONAIS

1. Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (OBS)	128
2. Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade (ORBS)	129

REGIÃO SUL

4. Programa Multidisciplinar de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente (PCA)	132
---	-----

Sumário

OBSERVATÓRIOS E NÚCLEOS DE ESTUDOS (continuação)

5. Observatório de Violências na Infância	134
6. Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua (CEP-Rua)	135
6.1 Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência (Nepa)	137
6.2 Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua (CEP-Rua NH) – Nova Hamburgo	138
6.3 Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua (CEP-Rua)	140
6.4 Núcleo de apoio à infância, à juventude e suas famílias em políticas públicas (Nejif)	141
6.5 Núcleo de estudos sobre crianças e adolescentes em situação de rua (NECASR)	142
6.6 Núcleo de estudos sobre Direitos da Criança e do adolescente (Nedica)	143
6.7 Núcleo de estudos e pesquisas sobre resiliência e psicologia positiva (NEPRPP)	144
6.8 Núcleo de estudos e pesquisas sobre trabalho	145

FONTES DE INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS

	146
1. The Luxembourg Income Study (LIS)	146
2. The Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD)	146
3. World Health Organization (WHO)	147
4. Pan American Health Organization (PAHO)	147
5. The Economic Commission for Latin America (Ecla)	147
6. Social Watch	148
7. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco)	148
8. The United Nations Children’s Found (Unicef)	148
Tabela Resumo Sobre Fontes de Informações	151
Glossário	159
Referências Bibliográficas	161

Considerações finais

163

Prefácio

A presente publicação consiste em um guia que será de grande utilidade aos profissionais e ativistas da causa da defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Trata-se de um levantamento dos organismos públicos e privados que produzem informações referentes a esse segmento da população – dados primários na forma de censos oficiais, estudos por amostragem, estudos temáticos e demais tipos de pesquisas geradas a partir de cruzamentos de dados – contendo os objetivos, a metodologia da coleta, os tipos de informações disponíveis e a forma de acessá-las.

Pode parecer uma iniciativa singela, mas a realização do trabalho que se materializa nesta publicação é trabalhosa e foi fruto do conhecimento da equipe da Rede Marista de Solidariedade, composta por profissionais que atuam, já de longa data, na luta pelos direitos de crianças e adolescentes. Eles sabem como poucos as dificuldades das pessoas envolvidas nessa luta quando se trata de conhecer a realidade, fundamentar propostas de trabalho ou dialogar de maneira consistente com os agentes que têm condições de deliberar sobre políticas públicas para a área.

Acessar informações relevantes, realizar sua leitura e compreender seu significado são tarefas complexas até para aqueles mais acostumados com a manipulação de dados estatísticos, como pesquisadores e professores. Porém, muitas vezes, são os militantes da área dos direitos de crianças e adolescentes que são exigidos a provar a necessidade de maiores investimentos ou direcionamento adequado dos mesmos, em

favor das necessidades de nossas crianças e jovens. Estes nem sempre possuem a familiaridade necessária com as tabelas, os gráficos e as longas listagens de dados estatísticos.

Outra necessidade é o acompanhamento sistemático dos dados da realidade, que adquire ainda maior importância se temos como horizonte a realização do monitoramento do Sistema de Garantia de Direitos como um importante instrumento de controle social. É nesta perspectiva que Conselheiros de Direitos, Conselheiros Tutelares, técnicos de órgãos públicos e entidades não governamentais, ativistas de direitos humanos, acadêmicos, entre outros agentes sociais, precisam conhecer e compreender a realidade em que vivem as crianças e adolescentes em nosso país e suas transformações.

Na busca por este conhecimento, nem sempre é fácil definir quais são os dados mais relevantes, onde se deve buscá-los e como acessá-los. O levantamento aqui apresentado, intitulado *Fontes sobre a Infância - Diagnóstico de fontes de informação sobre a criança e o adolescente*, pretende ser um instrumento para essas pessoas, grupos e movimentos, que dele podem se servir para acessar dados que lhes auxiliem na elaboração de diagnósticos de realidades locais, de compreensão da situação da infância e juventude nos estados e no país, em comparação ou não, com outros países e realidades.

A corajosa iniciativa da equipe da Rede Marista de Solidariedade está ancorada em uma metodologia já testada por instituições que atuam na sistematização de dados sobre a situação da infância e juventude. Assim, a publicação desse rol de informações consiste em tornar disponíveis aos interessados na temática os dados obtidos depois de cumprido um dos passos da proposta metodológica difundida pela *Red por los Derechos de La Infância em México* (Redim).

Nesta metodologia, que tem como objetivo último criar um sistema de informações a partir de sólida base de dados sobre as condições em que vivem crianças e adolescentes, sempre numa perspectiva da garantia de seus direitos fundamentais, o *Fontes sobre a Infância – Diagnóstico de fontes de informação sobre a criança e o adolescente*, busca saber onde estão os dados, como são coletados e como se pode acessá-los. Isto é essencial para a compilação dos dados que irão compor a base de futuros sistemas de informações.

O livro vem precedido de uma explanação sobre a construção do conceito de infância e juventude e de uma apresentação sobre a evolução da política de atenção à área no Brasil, que pode situar o leitor nos referenciais teóricos mais gerais que sustentam a compreensão da equipe que elaborou o trabalho. Esclarecedora e instrutiva também é a descrição dos passos metodológicos da proposta e a definição de conceitos como dados, indicadores, fontes, tudo apresentado em glossários muito úteis àqueles que necessitam utilizar-se de dados estatísticos na ação de defesa e busca da garantia dos direitos.

Caberá ao leitor o bom uso das informações aqui contidas, e espero que elas se tornem instrumentos úteis nas mãos de profissionais e ativistas que lutam para concretizar os direitos de nossas crianças e jovens.

Prof^a. Silvia Alapanian

Proeca/Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Apresentação

O Brasil, apesar de ter consolidado aspectos legislativos no campo do marco regulatório, de ter implementado um sistema de garantia de direitos, além da existência de diversos institutos de pesquisa que fornecem dados relevantes a respeito da infância, ainda está aquém em relação ao acesso destes e o seu uso mais direcionado para efetivação dos Direitos da Criança e do adolescente. Diante disso, após o conhecimento de experiências internacionais, apresentou-se a oportunidade de realizar um diagnóstico das fontes de informação sobre a infância.

Este estudo representa o esforço de identificar onde estão as informações sobre a infância e adolescência no Brasil, na publicação **FONTES SOBRE A INFÂNCIA: Diagnóstico de fontes de informação sobre a criança e o adolescente**, realizado pela Rede Marista de Solidariedade por meio do Centro Marista de Defesa da Infância, com o apoio do Instituto HSBC Solidariedade.

Esse documento traz elementos que contribuirão com a discussão sobre a criança e o adolescente, pois compila informações sobre fontes oficiais, instituições de pesquisas, núcleos e observatórios que abordam indicadores referentes à infância no Brasil, especialmente nos Estados da região Sul do país: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O diagnóstico de fontes de informação tem como propósito facilitar a busca de dados e disponibilizar informações a atores do Sistema de Garantias de Direitos, pesquisadores, acadêmicos e crianças e adoles-

centes; ressalta a importância da utilização de dados como subsídio na construção de políticas públicas, ações de incidência e fomento a disseminação da cultura do monitoramento por meio de dados no controle social.

A inspiração para esse documento foi a metodologia de monitoramento baseado em dados, criada pela organização norte-americana, a Fundação Annie Casey, com o projeto Kids Count e difundida na América Latina pela Red por los Derechos de La Infância em México – REDIM, com o projeto Infancia Cuenta. Essas instituições atuam na sistematização e publicação de dados que revelam a realidade de crianças e adolescentes em seu país, iniciativa que possibilita intervenções políticas da Sociedade Civil a partir de indicadores alinhados a Convenção dos Direitos da Criança – ONU. Experiências como estas estão sendo desenvolvidas no Paraguai, Argentina e Nicarágua.

A metodologia citada é composta por três etapas: I – Elaboração de relatório anual e ensaios temáticos; II – Plano de Comunicação; III – Plano de Incidência Política. No entanto, neste momento, nossa opção foi realizar um recorte e desenvolver um estudo aprofundado sobre diagnóstico das fontes de informação.

A construção deste documento contou com uma equipe que passou por um processo de qualificação por meio de leituras e análises para a apropriação da metodologia. Pesquisas, identificação de bibliografias referentes à área da infância e visitas em instituições que atuam com coleta e/ou análise de dados em cidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, contou também com a constituição de uma Comissão Editorial formada por adolescente que integram a Rede Marista de Solidariedade, que contribuiu com a revisão do documento, identificando termos técnicos a fim de facilitar a leitura para diversos públicos.

Outra atividade que contribuiu, para esta publicação, foi a participação na II Oficina Internacional de Monitoramento de Dados, realizada em Curitiba em 2011 - momento em que foi apresentado o documento CADÊ? Crianças e Adolescentes em Dados e Estatísticas - realizado pelo Instituto Marista de Assistência Social (IMAS), em parceria com o Fórum Nacional DCA, Visão Mundial, Kindernothilfe (KNH), Plan Brasil, Instituto C&A e a Rede Marista de Solidariedade. Esse documento nacional apresenta um panorama geral sobre os dados das crianças e adolescentes

brasileiros, e se configura como uma importante e inédita iniciativa de reunir informações específicas sobre essa população, além de fomentar a construção de planos de incidência política tanto no âmbito nacional como no estadual.

Atrelado a ideia de um sistema de monitoramento baseado em dados, constatou-se a importância da construção de um diagnóstico das fontes, a fim de que os indicadores possam ser utilizados de forma mais efetiva e concretizem o desfrute dos direitos pelas crianças e adolescentes.

Centro Marista de Defesa da Infância

Curitiba, 2012

Introdução

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, no artigo 227, destaca que *“crianças e adolescentes devem ter prioridade absoluta e que é dever de todos mantê-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão”*.

Documentos internacionais, como a Declaração dos Direitos da Criança ONU de 1989; e Nacionais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, fortalecem ainda mais a doutrina de proteção integral de crianças e adolescentes.

Acompanhar a efetivação dos direitos e verificar se estão sendo assegurados exige monitoramento de indicadores específicos, atualmente pouco conhecidos, compreendidos ou, até mesmo, inexistentes.

A Sociedade Civil e os atores do Sistema de Garantia de Direitos têm papel importante nesse monitoramento. Mecanismos que buscam incidir na efetivação dos direitos estão previstos em lei e já funcionam, com maior ou menor eficácia, em todo o território brasileiro. Exemplo disso são os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente que estão presentes em todos os municípios do país, além de outros organismos internacionais e nacionais que acompanham e incidem nas políticas voltadas à infância.

No entanto, iniciativas de incidência nas políticas públicas direcionadas a esse público podem fragilizar-se pelo desconhecimento de dados que subsidiem a discussão. Assim, a transformação e a melhoria das con-

dições atuais estão diretamente ligadas à visibilidade da realidade em que se encontra a infância no caso brasileiro.

É oportuna a aplicação e elaboração de um Sistema de Monitoramento, a fim de contribuir com a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes. Um Sistema que permita revelar um retrato real da situação dos direitos da infância, baseado em dados oficiais e assim dispor de subsídios para ações de incidência política.

Nesse sentido, essa publicação vem com a intenção de apresentar o leitor, de forma simples e acessível, às fontes de informação que podem subsidiar a construção de conhecimento com enfoque nos direitos da infância; é resultado de um trabalho de pesquisa que buscou mapear fontes de informações que apresentem indicadores sobre a criança e o adolescente sendo este um procedimento necessário na contemporaneidade, e que acima de tudo possibilite a análise e interpretação dos dados.

Nessa perspectiva, esse documento traz um Diagnóstico de Fontes de Informações sobre a Infância nos Estados do Sul do país: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, etapa esta considerada preliminar à construção do Sistema de Monitoramento baseado em Dados da Infância.

A discussão sobre fontes de informação com indicadores diretamente relacionados à criança e ao adolescente permitiu identificar como as instituições que realizam pesquisa discutem essa temática, disponibilizam e divulgam os dados. O acesso e compreensão dessas informações instrumentalizam atores do Sistema de Garantias de Direitos da Infância e pode contribuir para uma atuação ainda mais efetiva nos espaços de intervenção política e social.

Dessa maneira, esse documento apresenta um conteúdo que é fruto de reflexões teóricas, metodológicas e conceituais, e por meio dela busca identificar indicadores para o monitoramento da situação de direitos da infância baseado em dados, tomando como modelo experiências internacionais já consolidadas.

Diante disso, o primeiro capítulo deste documento trata dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, as concepções, apontamentos e reflexões teórico-práticas, suas relações e inter-relações, além de aspectos históricos dos Direitos da Criança e do adolescente no Brasil e a elaboração e legitimação dos documentos legais: Constituição Fede-

ral do Brasil, Estatuto da Criança e do Adolescente e normativas internacionais: Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração dos Direitos da Criança e Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

O segundo capítulo traz a definição conceitual sobre indicadores e o modelo de sistema de monitoramento é apresentado, a fim de ressaltar a necessidade e a importância de se apropriar dos indicadores para fortalecimento do papel da Sociedade Civil no controle social e maior eficácia na incidência política.

O terceiro capítulo apresenta as fontes oficiais, destacando sua concepção, metodologia, periodicidade e acesso. Por opção, também foram incluídas instituições que realizam pesquisas, núcleos e observatórios que destacam informações sobre a infância. Essas instituições apontadas contribuem na pesquisa e geração de informações sobre esse público na região sul do país.

O recorte geográfico desse documento se deu a partir de aspectos de identidade regional, e algumas fontes internacionais e nacionais foram incluídas como forma de ampliar o acesso as informações.

Cabe mencionar ainda a dificuldade encontrada em acessar as informações, visto que essas se encontram dispersas, sem sistematização, sem divulgação adequada e utilizam metodologias diferentes para a análise e interpretação dos dados.

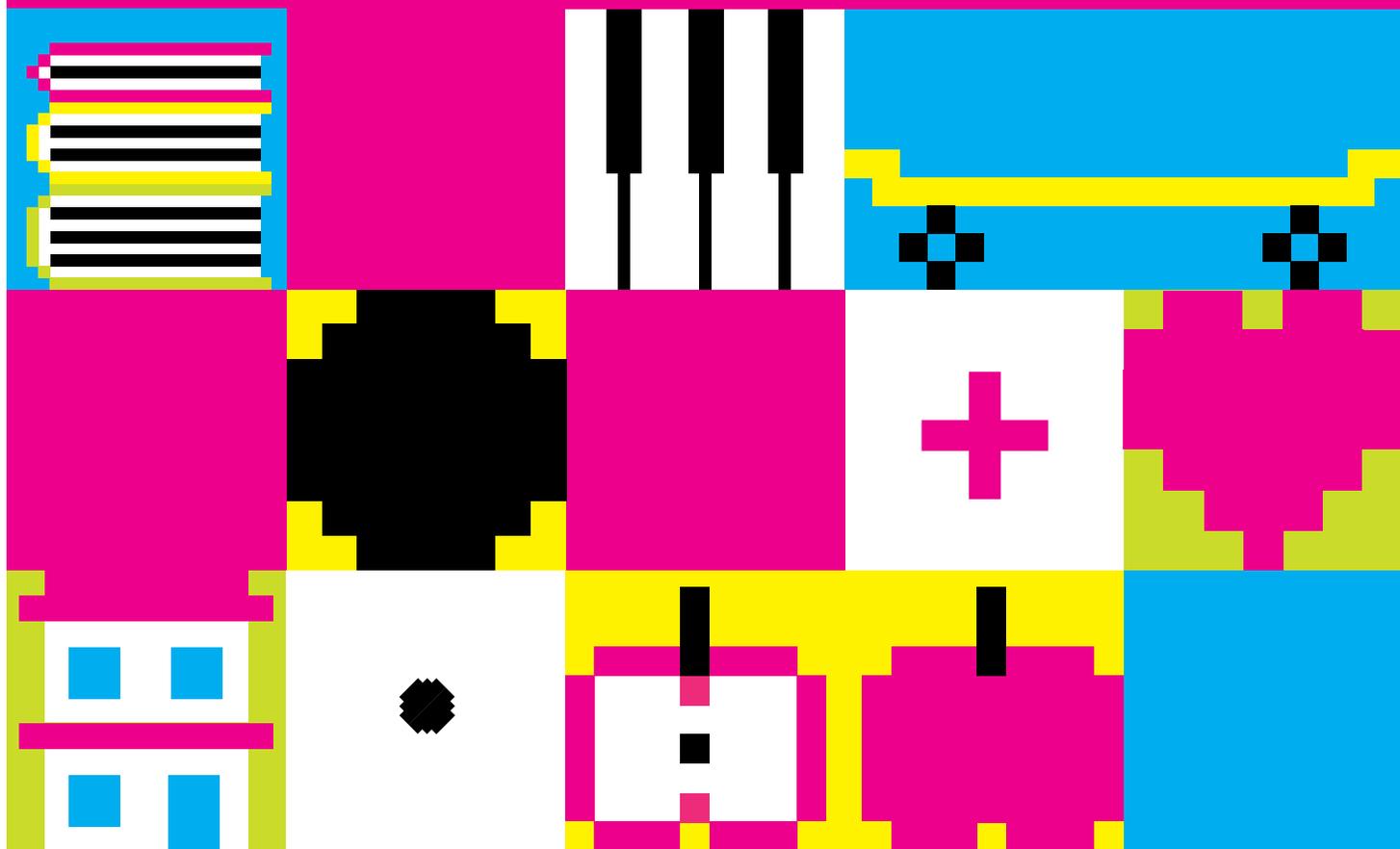
Dito isso, o resultado em que se chegou neste capítulo transcende a apresentação do conteúdo, que permite ao leitor compreender e identificar as fontes de pesquisas e seus métodos de análise dos dados, um detalhamento que oferece um referencial teórico e metodológico importante para a definição de indicadores de monitoramento dos Direitos da Criança e do adolescente.

O documento apresenta também considerações finais - aspectos relevantes na leitura e análise da proposta apresentada.

Por fim, o intuito desse documento, além dos apresentados acima, é de fomentar a construção de conhecimento e de subsídios para a tomada de decisão baseada em dados referentes ao enfoque dos Direitos da Criança e do adolescente, bem como instigar o leitor a buscar elementos referentes ao tema e a sua atuação.

DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

APONTAMENTOS E REFLEXÕES TEÓRICO-PRÁTICAS



Vivemos em uma época na qual os direitos humanos são uma temática amplamente difundida. Progressivamente os direitos vão sendo pautados, de acordo com as transformações históricas e suas demandas. Cada vez mais estes direitos são especificados e direcionados a parcelas específicas da população, como no caso das crianças e adolescentes. Mas uma conquista ampla e efetiva do exercício dos direitos humanos ainda está longe de ser uma realidade.

Os problemas e as justificativas para o não exercício dos direitos humanos são inúmeros, passando por questões econômicas, culturais, religiosas, etc. Como afirma Bobbio, (2004), no momento de apoiar a ideia dos direitos humanos universais, a maioria dos governos concordou com sua existência¹, porém, no momento de passar à ação, aparecem as reservas e oposições.

Esta complexa situação se estende a condição de direitos humanos de crianças e adolescentes. Desde a Convenção de Direitos da Criança de 1989, que, diga-se de passagem, foi amplamente incorporada na legislação brasileira, há o reconhecimento da comunidade internacional de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos.

Mas de que modo esta condição é vivenciada em nosso país? Nossa sociedade incorpora culturalmente os princípios para desenvolver com a criança e o adolescente uma relação de respeito? Há recursos financeiros suficientes para executar as políticas previstas? O acesso a bens e serviços é igual para todas as crianças e os adolescentes?

Nem é preciso desdobrar os muitos aspectos que se encontram implícitos nestes questionamentos para ficar evidente que apesar de um longo caminho já trilhado, a garantia de direitos de crianças e adolescentes é, ainda hoje, um tema relevante de debate e reivindicação.

Neste sentido, a preocupação com a identificação e a sistematização de indicadores que possam avaliar a situação da infância e da juventude no Brasil, é uma estratégia utilizada para a solidificação de ações já desenvolvidas ou para indicar novos rumos de atuação social.

Tal análise da realidade somente se faz ancorada em reflexões e elementos históricos. Não pretendendo, em nenhum momento, esgotar o

1 Esta afirmativa de Bobbio (2004) se refere ao fato histórico de que a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 foi reconhecida pela maior parte dos governos.

assunto, o presente capítulo trata de colaborar com a missão desta publicação, apresentando um panorama geral da condição sócio-cultural e legal da criança e do adolescente, evidenciando aspectos

relevantes da história brasileira e trazendo reflexões que podem lançar luzes sobre os modos como pensamos e agimos com relação à criança e ao adolescente na atualidade.

Crianças e adolescentes: várias concepções

O mundo adulto, com frequência, tem dificuldade em compreender e respeitar os modos de expressão e inserção social da criança e do adolescente. Em seu livro “Os mudos falam aos surdos”, Mollo ilustra bem a questão: “É certamente por terem fama de faladoras que não se ouvem as crianças; é certamente também por se pensar por elas que não se entende o que dizem.” (MOLLO, 1977 in BERNARDI, 2005: 34).

Esta frase emblemática destaca como as pré-concepções e a desconsideração das diferenças colocam barreiras nas relações entre adultos e crianças/adolescentes, levando a um caminho de ausência de comunicação, de não reconhecimento do outro.

Seja na visão da criança como um “inocente”, uma pessoa “imatura”, ainda incapaz de compre-

der o mundo a sua volta, ou no entendimento do adolescente como um perigo à ordem social, ou ainda, em um “tom” irônico, como um “aborrecente”²; a criança e o adolescente são corriqueiramente tratados mais como objetos do que como sujeitos, mesmo no âmbito das políticas públicas.

A garantia de direitos de crianças e adolescentes não se trata somente de uma mudança de ordem científica e jurídica, mas de uma perspectiva de relacionamento renovada, baseada na consideração da alteridade e da construção de uma realidade social onde qualquer forma de violência e opressão não passe despercebida.

No entanto, a invisibilidade e o descrédito não são as únicas condições sociais da criança e do adolescente. Convivemos com várias concepções a respeito da vida

² Para maior aprofundamento ver Renault (2002), Sarmiento (2005 e 2008) e Mollo (2005).

humana em seus primeiros anos; concepções que podem até apresentarem-se como contraditórias. Para alguns estudiosos é de fato a contradição que marca o lugar social da criança e do adolescente em nossa sociedade³.

Mollo, em um artigo de 2005, faz uma síntese das condições e significados da infância⁴. Coexistem diferentes concepções de infância expressas nas práticas individuais, institucionais e no imaginário coletivo: a criança é um investimento, alvo de políticas e ações que pretendem gerar cidadãos saudáveis e educados (intenções sociais que ecoam na preocupação de pais com o preparo de seus filhos para o futuro); mas a criança é também um nada, uma coi-

sa, alvo de violências e do acaso. Quando não destinada à morte ou à invisibilidade social, torna-se objeto de programas sociais e instituições. Estes dois pólos de concepções, bem como meus múltiplos espectros, apontam “todas as incoerências e todas as contradições que marcam o lugar das crianças em nossa sociedade”. (MOLLO, 2005:400).

É comum que um discurso que afirme a necessidade de proteger direitos de crianças e de adolescentes, ao mesmo tempo se refira a estes como incapazes ou não considere relevantes as suas opiniões. Como veremos adiante, este modo de pensar e agir sobre a criança e o adolescente possui fortes raízes na história das políticas brasileiras.

Infância e adolescência como fenômenos sociais

Bernardi, (2005), observa que os estudos atuais que tematizam a infância e a adolescência se referem a estas usando termos como concepção, imagem, perspectiva, significados, representação. Orientados por diferentes perspectivas teóricas, tais termos implicam em uma ideia central: estamos diante de fenôme-

nos construídos socialmente.

O fenômeno biológico da vida humana é um fato da natureza, mas como esta vida é interpretada e as relações que os indivíduos estabelecem entre si, é um fenômeno social. Deste modo, pensar a criança e a adolescência hoje é diferente de como se pensava sobre elas

3 Para desenvolver esta questão, ver a bibliografia citada, principalmente Renault (2002), Sarmento (2005 e 2008) e Mollo (2005).

4 Em algumas das referências utilizadas, o recorte dos autores é sobre a criança e a infância; em outras leituras, o termo criança é utilizado de modo genérico, significando uma referência à criança e ao adolescente. Ao fazermos argumentações baseadas em um dado autor, conservamos as expressões por ele utilizadas, mas, como poderá ser verificado, grande parte das questões postas em torno dos conceitos de infância e de criança podem ser generalizadas para a adolescência e a adolescentes.

cem, duzentos, quinhentos, mil anos atrás. Até mesmo os referenciais etários e os termos empregados variam ao longo do tempo.

Os significados sociais atribuídos à criança e ao adolescente, bem como os modos de interação com os adultos, foram mudando ao longo da história, de acordo com as múltiplas transformações sociais.

5 O título original deste livro é “L’enfant et la vie familiale sous l’Ancien Régime”. Muitas vezes, uma tradução mais literal deste título aparece citada nas bibliografias.

6 Heywood (2004), apoiado em pareceres de historiadores, enumera vários problemas relacionados às fontes de pesquisa de Ariès. Entre estes, citamos dois aspectos: os diários e autobiografias revelam indícios de concepções que poderiam estar circunscritas a classes sociais específicas; as obras de arte da Idade Média possuíam certo padrão de expressão artística que pouco retratava da vida cotidiana, preocupando-se mais em representar posições de *status* e apresentar os temas religiosos.

Em “História Social da Criança e da Família”⁵, trabalho considerado como fundamental entre os estudos relacionados à história da infância, Philippe Ariès aponta mudanças ocorridas durante e após a Idade Média, que levaram a sociedade moderna a compreender a infância de um novo ângulo: é o surgimento do “sentimento de infância”.

Este sentimento estaria na base do reconhecimento de uma condição diferenciada de infância; de um novo quadro familiar, onde as relações afetivas tornam-se determinantes e de uma crescente produção de teorias sobre as especificidades de cada período da infância, incluindo a diferenciação entre esta e a adolescência. (ARIÈS, 2006)

A expressão “sentimento de in-

fância” faz uma referência dual na opinião de Heywood (2004), servindo tanto para compreender o surgimento de uma relação de afeto e cuidado, quanto para a emergência de um novo conceito de infância.

Apesar de Ariès constituir-se como referência obrigatória, pois lança as bases para toda uma produção que, partindo de suas considerações, tematiza a concepção de infância como um processo histórico, são inúmeras as críticas endereçadas a sua tese do surgimento do sentimento de infância na modernidade.

As críticas mais generalizadas sobre a tese de Ariès recaem sobre as fontes de pesquisa por ele utilizadas⁶. Embora também se questione que, ao buscar referências semelhantes aos contemporâneos, Ariès possa ter deixado de identificar outras formas de consciência de infância. (HEYWOOD, 2004)

O filósofo francês Renaut, (2002), realiza um estudo amplo, com dados que remetem a práticas sociais desde a Antiguidade, questionando se o “sentimento de infância”, postulado por Ariès, pode ser indicativo do surgimento na modernidade de uma forma de amor paternal totalmente inédita.

Em sua pesquisa histórica, Renaut, (2002), afirma que desde

a Antiguidade existiam, embora muito distintos das percepções que surgem na modernidade, sentimentos de afeto, apego e também reconhecimento sobre as especificidades da infância. A grande diferença que emerge na modernidade não reside na existência de sentimentos sobre a infância, mas na mudança deste sentimento. Na modernidade há uma renovação da percepção de infância.

O que ocorre na modernidade é o desabrochar de uma reestruturação da percepção sobre a infância, em torno de valores de igualdade e de liberdade, o que reordena as relações de alteridade com a criança (RENAUT, 2002).

A conclusão que Renaut chega, demarcando uma posição que ele julga ser distinta de Ariès, é de que a compreensão da criança como dotada de direitos foi resultado de um movimento extremamente lento, que precedeu em muito o humanismo moderno. E que, se de fato, a modernidade transformou a relação com a infância, esta alteração não nasceu do surgimento de um amor parental inédito até então.

A relativização do conceito de “sentimento de infância” não significa que as crianças e adolescentes dos séculos anteriores viveram em um “paraíso terrestre”. As con-

dições gerais da vida eram muito duras, com o risco constante de epidemias e guerras. Além disso, as crianças, reconhecidas como posses de seus pais⁷, eram especialmente expostas a maus tratos, abandonos e assassinatos.

O abandono e a venda de crianças eram frequentes, principalmente em períodos de escassez de recursos para a subsistência. Na Idade Média, surgiu uma nova alternativa ao abandono: a entrega de crianças para serem criadas em mosteiros. O que poderia livrá-las de algumas formas de sofrimento, mas as colocavam em uma situação de submissão à autoridade religiosa.

De fato, a condição humana de dependência e servidão era comum até a Idade Média. Nestes termos, a vida de crianças e de adolescentes não era muito diferente da grande maioria da população – em especial mulheres e servos. Somente após as lentas mudanças sociais que envolveram o reconhecimento da liberdade humana é que a liberdade da criança e do adolescente também foi tematizada. (RENAUT, 2002)

Em síntese, os modos de pensar e agir com relação a crianças e adolescentes dizia muito sobre a estrutura social e suas demandas. E as mudanças sociais não ocorre-

⁷ Inclusive, no direito Romano, o pai tinha o poder de executar seu filho mesmo que este já fosse adulto. (RENAUT, 2002)

ram rapidamente, exigem um longo “cozimento” histórico.

Passamos a apontar algumas noções e atitudes que merecem destaque⁸, pois se relacionam a transformações sociais importantes e que ainda reverberam sobre a contemporaneidade:

O que se deve ter em mente é que as diferentes ideias sobre crianças e adolescentes mesclavam-se ou existiam lado a lado. Por exemplo, a visão cristã de que a criança era manchada pelo “pecado original” demorou a se dissolver, convivendo e se destacava em relação à noção

Séculos XV, XVI e XVII:

Mudanças nas relações econômicas incentivam a instrução dos filhos das classes intermediárias, para melhor operarem com seus bens.

A principal imagem atribuída à criança era de um ser mal, “sujo” e fraco, devido a marca deixada pelo “pecado original”. Diante disto, a principal questão era de dar uma orientação religiosa à criança. (HEYWOOD, 2004)

Séculos XVII e XVIII:

Preocupação com a moralidade da criança leva a tendência de um isolamento, que primeiro ocorre nas classes abastadas e depois se generaliza no tecido social. Esta tendência vem em consonância com uma profunda mudança da organização social, na qual a antiga sociabilidade medieval vai sendo substituída por novos costumes, incluindo a preservação da intimidade e consolidando uma vida familiar privada.

Despontam, também, concepções diferenciadas sobre a infância: alguns pensadores lançam as sementes para a ideia de que a criança como ser humano é dotada de certa liberdade.

Surgem questionamentos sobre a autoridade paterna absoluta. Postula-se que esta deve se restringir a um governo da vida infantil orientada para o seu bem estar. (RENAUT, 2002)

Final do século XVIII e o início do século XIX:

Aparece a concepção romântica de infância. Nesta, as crianças tornam-se virtuosas, criaturas de sabedoria e moralidade. Muitos artistas e escritores deixaram obras marcadas pela ideia romântica de infância. (HEYWOOD, 2004)

⁸ Trata-se de processos estudados na civilização européia, mas que foram intensamente disseminados em todo o ocidente.

romântica (HEYWOOD, 2005).

A conclusão de Heywood é de que a história da infância, considerando o período da Idade Média até a modernidade do século XX, não pode ser vista como uma trajetória linear, mas sim cíclica. É um fenômeno que “se move por linhas sinuosas com o passar dos séculos: a criança poderia ser considerada impura no início do século XX tanto quanto na Alta Idade Média (...)”. O que ocorreu foi uma “mudança de longo prazo rumo a uma sociedade urbana pluralista” favorecendo o “surgimento gradual de uma versão prolongada de infância”, que suscitou “a necessidade de uma educação ampla e determinada segregação dos jovens em relação ao mundo dos adultos” (HEYWOOD, 2004: 35).

Na modernidade, a criança passa a ocupar um lugar de importância ao mesmo tempo em que se fortalecem processos de vigilância e controle sobre ela. A criança precisa ser formada, educada. Para Renault (2002), a percepção sobre as diferenças implicadas nas idades da vida humana resultou em uma concepção de que a passagem da infância e da adolescência para uma vida adulta só poderia ser feita pela educação.

A infância, tida como maleá-

vel, é objeto de intervenções que visam sua modelagem, tanto nas práticas educacionais como nas médicas. A emancipação da criança, como uma pessoa diferente do adulto não se dá fora do registro da necessidade de sua normatização para uma existência homogênea, pois se estabelece um modelo correto para ser indivíduo. Dito de outro modo, ocorre a promoção de uma “identidade normalizada” (RENAUT, 2002).

O que se identifica é que o primeiro lugar que a modernidade dá à criança é o lugar de alvo de proteção a serviço de uma modelagem. Para que isto ocorresse, era preciso certo aprisionamento e processos de correção.

Para Sarmiento (2008), a modernidade confinou as crianças a espaços privados, ao cuidado das famílias e das instituições tais como creches, reformatórios, orfanatos. Este impulso foi caracterizado pela retirada dos mais jovens da esfera pública, principalmente se estes “apresentavam indicadores potenciais” de desvio ou “indigência econômica” (SARMENTO, 2008: 19).

A correção e o aprisionamento fazem parte da mesma lógica que reconhece na criança um ser indefeso, exigindo do mundo adulto

notas

formas de proteção, cuidados específicos direcionados a sua segurança. Para Sarmiento (2005), esta cultura de proteção é um fato social sem precedentes que instaura

“uma norma de defesa da criança constitutiva de uma imagem de “criança-rei” (...), em torno da qual se organiza a vida familiar, se projetam as aspirações parentais, se sustentam políticas públicas direcionadas para a família; ao mesmo tempo, as posições paternalistas estabelecem condições de dependência que favorecem uma efetiva menorização das crianças, potenciam a assimetria de poderes nas relações intergeracionais e constituem fortes constrangimentos de exercício de uma vida social plena pelas crianças” (SARMENTO, 2005: 369).

Estas observações de Sarmiento nos levam a considerar que a centralidade da criança e do adolescente nas famílias e nas políticas, sob o foco da proteção, nem sempre vem acompanhada da garantia de seus direitos. Pois além da ideia da proteção, garantir direitos humanos de crianças e de ado-

lescentes significa respeitar suas condições de vida, suas formas de perceber e agir no mundo.

Na grande maioria das sociedades, as diferenças biopsicossociais entre crianças/adolescentes e adultos referendam ações e discursos legitimadores da desigualdade, respaldando o poder do adulto (NETO, 2004; SARMENTO, 2005). O resultado é uma cultura adultocêntrica⁹, que estabelece

“relações de discriminação, negligência, exploração e violência, isto é, de opressão e dominação sobre crianças e adolescentes, num claro (mas raramente reconhecido) processo de hegemonia social, cultural, econômica e jurídica do mundo adulto, em detrimento do mundo infanto-adolescente” (NETO, 2007: 08).

A criança e o adolescente são vistos como subalternos ao mundo dos adultos, com valor somente enquanto seres em trânsito, futuros cidadãos que no presente são alvo de cuidados, tratamentos e orientações. Neste referencial, as crianças são invisíveis por não serem consideradas como seres sociais com direitos plenos (SARMENTO, 2008).

9 Podemos definir simplificada e o “adultocentrismo” como a desconsideração do universo infanto-juvenil diante da super valorização dos referenciais adultos e seu modo de sentir, raciocinar e estabelecer relações.

Mas as diferenças entre adultos, crianças e adolescentes não precisam ser vistas em uma escala de valores, atribuindo-se qualidades comparativas entre elas. Pode significar simplesmente uma diferença de condições de vida. Quando alguns autores falam em identidade geracional¹⁰, é esta a ideia que tentam evidenciar: infância e adolescência são ciclos distintos da vida, tal como ocorre com a vida adulta e a velhice.

Todos nós, seres humanos possuímos características bio-psíquicas: há etapas da vida biológica e psicológica a serem consideradas, porém estas não são determinantes. Somos, antes de tudo, seres sociais, o que implica no fato de que não bastam nossas condições biológicas e psíquicas, mas estas esferas precisam ser postas em relação com a condição social de existência. O modo como a sociedade se organiza, como estabelece suas relações e como trata a infância e a adolescência, são fatores constitutivos dos indivíduos.

Ser um sujeito social também implica em várias formas de vida concreta: ser menina ou menino, ser rico ou pobre, ser branco ou negro, viver na área urbana ou rural, ser cristão ou muçulmano, são só algumas das diferenças reais

que designam diversas condições concretas de existência.

Diante desta questão, a noção de infância e de adolescência são construções sociais e, portanto, são fenômenos históricos sobre os quais se produzem diferentes visões de acordo com uma determinada época e seus valores. Mas a criança e o adolescente, as pessoas concretas que vivenciam estes períodos da vida humana que chamamos de infância e adolescência, são sujeitos sociais, que vivenciam situações distintas, pois estão inseridas em realidades multideterminadas e lidam com estas realidades de modos diferentes, além de possuírem uma subjetividade própria.

Pensar a criança e o adolescente deste modo permite entender que seus direitos são direitos humanos, porque fazem parte da humanidade. Não se concedem direitos a elas por uma *atitude de bondade dos adultos*, mas porque elas *têm direito a terem direitos*. Ao mesmo tempo, crianças e adolescentes vivenciam uma condição humana peculiar, porque estão em uma etapa da vida que demarca algumas diferenças.

E estas diferenças precisam ser compreendidas e respeitadas em um duplo sentido:

10 As etapas da vida – entendidas sob o conceito de “geração” – conferem especificidades à identidade de cada pessoa. Para ver detalhadamente o conceito de geração: Sarmiento (2005) e Neto (2007).

notas

- Existem aspectos específicos da existência durante a infância e a adolescência.
- A subjetividade humana e as experiências concretas da vida fazem com que cada criança e cada adolescente sejam seres humanos singulares.

A tarefa dos movimentos que reivindicam a garantia de direitos de crianças e adolescentes é de agir contra a cultura adultocêntrica. É preciso abandonar a ação meramente caritativa para construir modos de reconhecimento das identidades concretas de crianças e adolescentes.

Quando só conseguimos pensar a criança e o adolescente a partir de situações problemas como

“menores, delinquentes, pobre abandonado, meninos e meninas em situação de risco, abusados e explorados sexualmente, miseráveis, protagônicos, desnutridos, organizados politicamente, marginalizadas, exploradas no trabalho, drogadas, assassinadas, maltratadas, deficientes, desaparecidas,

traficadas”, estamos realizando um “processo de adjetivação que recalca e oculta a identidade do ser criança (ou do ser adolescente) e sua essência humana (...)” (grifo do autor) (NETO, 2007: 08).

O direcionamento de serviços e políticas à resolução pontual de problemas sociais, perdendo a dimensão ampla das condições de existência de crianças e adolescentes geram ações meramente normativas, descontextualizadas e pensadas sob a influência de uma cultura adultocêntrica (FERREIRA e SARMENTO, 2008).

Um segundo ponto de reflexão se refere a noção de que as condutas das crianças e dos adolescentes são determinadas por características biológicas e psicológicas, sem levar em consideração suas subjetividades. Abstrair as diferenças em prol da crença de que há uma homogeneidade conferida pelos aspectos psicológicos, afetivos e cronológicos, anula a possibilidade de compreensão das subjetividades (FERREIRA e SARMENTO, 2008).

O que podemos entender da realidade de outro ser humano se

achamos que sabemos **o que e como** ele pensa? Vale uma nova referência à citação de Mollo, comentado anteriormente, que nos força a perceber que se pensamos pela criança e pelo adolescente não poderemos ouvi-los; ouvir a criança e o adolescente não é somente um princípio técnico, mas uma condição política para um diálogo que permita a tão almejada participação infanto-juvenil, que nada mais é do que abrir espaço para uma partilha de poder entre as gerações.

Confraternizando com Dolto (2005), que acreditava que todos os que se dispõem a ouvir as respostas das crianças e de um espírito revolucionário, entendemos que é preciso defender uma condição emancipatória da infância e adolescência. Para tal tarefa é necessário

“procurar alternativas novas, através de espaços e mecanismos estratégicos (políticos, sociais, econômicos, culturais, religiosos e jurídicos) que se tornem verdadeiros instrumentos de mediação, nessa luta pelo asseguramento da essência humana e da identidade geracional,

vencendo esse processo de des-humanização, de dominação e opressão, de desclassificação social de crianças e adolescentes”

(NETO, 2007: 10).

Encontramo-nos em um momento em que a análise da realidade é crucial. Precisamos compreender como vivem as crianças e adolescentes do nosso país para insistir nas medidas que trazem resultados e repensar as estratégias diante das barreiras que ainda não conseguimos transpor.

notas

Direitos Humanos

O debate sobre o reconhecimento dos direitos humanos tem suas origens no início da modernidade. Três documentos importantes, originários de momentos históricos que envolveram grandes mudanças sociais, podem ser compreendidos como precedentes a discussão atual sobre direitos humanos: o *Bills of Rights* da Inglaterra, elaborado na consagração da Revolução de 1689, o *Bills of Rights* das colônias americanas que se rebelaram contra a Inglaterra em 1776 e a famosa *Déclaration des Droits de L'homme et Du Citoyen* de 1789, que emergiu da Revolução Francesa (BOBBIO *et al*, 1998).

Estes marcos históricos dos direitos envolviam aspectos distintos dos de hoje em dia, pois a questão dos direitos estava orientada pelo contexto da consolidação do Estado de Direito¹¹. O fato é que a chamada “concepção contemporânea de direitos humanos” surge com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1949 (PIOVESAN, 2006). É neste contexto, pós Segunda Guerra Mundial, que a questão dos direitos é posta como um problema internacional.

Na Declaração Universal, emergem direitos de acordo com a consciência do valor fundamental da vida humana, que entram em pauta a partir das atrocidades cometidas na Segunda Guerra Mundial. Os horrores do nazismo, sobre o qual basta lembrar a morte de pelo menos 11 milhões de pessoas, ocorreram em nome de uma nação. Ou seja, foi o Estado o violador de direitos, com base na ideia de que a titularidade de direitos (a condição de possuir direitos) pertencia somente a uma determinada raça, a “raça pura ariana” (PIOVESAN, 2006).

Diante das repercussões e implicações dos crimes cometidos na Segunda Guerra Mundial, Comparato afirma que “a humanidade compreendeu, mais do que em qualquer outra época da História, o valor supremo da dignidade humana. O sofrimento (...) veio aprofundar a afirmação histórica dos direitos humanos” (COMPARATO, 2005: 55).

A Declaração Universal inaugura uma fase que ainda podemos considerar em desenvolvimento, e “(...) representa um fato novo na história, na medida em que, pela primeira vez, um sistema de prin-

11 Sobre o estado de Direito ver Bobbio *et al* (1998) e Bobbio (2004).

cípios fundamentais da conduta humana foi livre e expressamente aceito, através de seus respectivos governos, pela maioria dos homens que vivem na Terra” (BOBBIO, 2004: 27).

A Declaração Universal é também a síntese dos movimentos sócio-históricos de universalização dos direitos humanos. Os direitos não são fatos da natureza, resultam de lutas pela emancipação ou por melhores condições de vida e por isto são passíveis de transformações e ampliações. Os direitos não nascem “todos de uma vez”, cada momento envolve circunstâncias específicas que colocam em pauta determinados direitos. O que nos remete a ideia de que é no desenvolvimento das sociedades humanas e de suas demandas, que os direitos vão surgindo como tal. E também os direitos não surgem

“de uma vez por todas”, quer dizer, são necessários debates, enfrentamentos e lutas sociais para que o que está assegurado no papel possa ser uma prática concreta entre as pessoas (BOBBIO, 2004).

Resumindo, para compreender a perspectiva dos direitos humanos, precisamos tomá-los como um fenômeno social fruto das interações entre as pessoas. Ao longo dos anos os direitos foram se multiplicando e diferenciando. À medida que o ser humano não era mais visto de modo abstrato e sim em suas dimensões concretas, como sua cultura, seu sexo, sua idade, os direitos vão sendo especificados, o que dá origem a novas normativas, voltadas a aspectos singulares da vida humana. É neste contexto que surgem os direitos humanos de crianças e de adolescentes.

notas

Direitos humanos de crianças e adolescentes

Ao observarmos a afirmativa do artigo primeiro da Declaração francesa de 1789, de que “os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos” (DDHC de 1789, *in* COMPARATO, 2005: 154), constata-

mos que decorrem quase 200 anos até que a criança e o adolescente sejam incluídos na dimensão de direitos atribuída “aos homens”. Este fato sugere a Renault (2002), que a incorporação dos Direitos da Crian-

CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA

1924

Foi aprovada pela extinta Assembleia da Sociedade das Nações, a primeira Declaração dos Direitos da Criança, chamada de Declaração de Genebra. Seu conteúdo era baseado no texto escrito em 1923 por Eglantyne Jebb, fundadora da União Internacional de Socorro às Crianças.

ça na modernidade foi um processo lento até as primeiras décadas do século XX. Porém, a partir destes últimos oitenta anos a situação se inverte, e adentramos em um período de aceleração com relação ao tema da criança e do adolescente e seus direitos.

Com relação às declarações que se referem ao público infante juvenil, precisamos contar sua história desde 1924, a partir de quando surge no cenário mundial menções a infância. Porém uma real transformação na noção da criança como detentora de direitos somente será concretizada pela Convenção dos Direitos da Criança em 1989.

Com relação à Convenção dos Direitos da Criança de 1989, os textos de 1924 e de 1959 se diferem basicamente em duas questões:

- As primeiras declarações não apresentavam obrigato-riedades para que os Estados signatários aplicassem seus princípios;
- A ênfase dos textos era dada à proteção da criança e não à posse de direitos. Na Declaração de 1924, o que se colocava eram os deveres do adulto na proteção física e moral da criança. E em 1959,

apesar da introdução do documento mencionar que a criança detinha direitos de proteção e liberdade, todos os seus artigos listavam somente direitos de proteção, em nome de um desenvolvimento saudável de seres “imatuross”.

Em 1978, o governo polonês apresentou à Comissão de Direitos Humanos da ONU o projeto de uma convenção homenageando o escritor e pedagogo Janusz Korczak, que morrera junto com as crianças do orfanato que dirigia, em uma câmara de gás no campo de extermínio de Treblinka, em 1942 (LEWOWICKI et al, 1998).

Korczak argumentava em seus livros que as crianças eram uma classe oprimida e tinha por urgente a criação de vias que permitissem a elas expressarem suas ideias. Ele valorizava a criança no presente, não como um investimento para o futuro, e sim como uma pessoa que merecia ser respeitada.

A proposta polonesa foi submetida a um longo período de debates, ocorridos entre 1980 e 1987¹². Com relação ao conteúdo dos debates, o confronto político da Guerra Fria, as desigualdades econômicas, as dife-

12 De acordo com Rosemberg e Mariano (2010), o Brasil enviou representante a todas as sessões desde 1981.

renças de interesses e de concepções de infância desencadearam negociações tensas e conflituosas. Estas tensões foram se abrandando com mudanças políticas que ocorreram em meados da década de 1980, o que permitiu uma aproximação de posições, acentuando o apoio aos direitos sociais, como essenciais ao modelo democrático do Estado de Bem-Estar (ROSEMBERG, MARIANO, 2010: 708).

A Convenção foi promulgada em 20 de novembro de 1989. É o primeiro documento internacional que concebe a criança e o adolescente como titulares de seus direitos. Sua ratificação rápida e ampla denota sua importância:

“Até o momento, 193 países ratificaram a Convenção. Além de ser o instrumento de direitos humanos mais ratificado em escala mundial, a grande maioria das ratificações ocorreu nos primeiros 10 anos após sua aprovação, o que não acontecera com outros tratados internacionais. Somente os EUA e a Somália não procederam à ratificação da Convenção”

(ROSEMBERG e MARIANO, 2010: 709-710).

Rosemberg e Mariano (2010), apresentam um quadro síntese dos Direitos da Criança que a Convenção de 1989 estabeleceu.

Neste quadro-síntese pode-se observar que a Convenção estabeleceu direitos de liberdade, reconhecidos à criança por sua condição de ser humano, e direitos de proteção, determinados de acordo com sua especificidade etária (ROSEMBERG, MARIANO, 2010).

Estes direitos são apresentados de acordo com quatro princípios anunciados na Convenção: **não discriminação; adesão aos melhores interesses da criança; sobrevivência e desenvolvimento e participação.**

A ratificação da convenção pelo governo brasileiro ocorreu em 1990, mesmo ano em que o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069, foi promulgado. O Estatuto já incorpora o “espírito” da Convenção, tematizando a criança e o adolescente como sujeitos de direitos. Pereira (1998), ressalta que a tônica dada nesta lei é da superação do assistencialismo, visando uma política universal de direitos ao invés de ações paliativas direcionadas a população marginalizada.

O Estatuto dá amparo a todos

CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA

1949

A Organização das Nações Unidas – ONU serviu-se da Declaração de Genebra e inseriu a questão da criança no artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos do Homem - DUDH.

1959

Para desenvolver os termos do artigo 25º da DUDH, é aprovada pela ONU a Declaração dos Direitos da Criança, com dez princípios.

1989

Baseada em uma proposta inovadora, é promulgada a Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

Síntese dos Direitos da Criança estabelecidos na convenção de 1989

DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS	DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS	DIREITOS ESPECIAIS (proteção)
Registro, nome, nacionalidade, conhecer os pais.	Vida, sobrevivência e desenvolvimento.	Proteção contra abuso e negligência.
Expressão e acesso à informação.	Saúde.	Proteção especial e assistência para a criança refugiada.
Liberdade de pensamento, consciência e crença.	Previdência social.	Educação e treinamento especiais para crianças portadoras de deficiência.
Liberdade de associação.	Educação fundamental (ensino primário obrigatório e gratuito).	Proteção contra utilização pelo tráfico de drogas, exploração sexual, venda, tráfico e sequestro.
Proteção da privacidade.	Nível de vida adequado ao desenvolvimento integral.	Proteção em situação de conflito armado e reabilitação de vítimas desses conflitos.
	Lazer, recreação e atividades culturais.	Proteção contra trabalho prejudicial à saúde e ao desenvolvimento integral.
	Crianças de comunidades minoritárias: direito de viver conforme a própria cultura.	Proteção contra o uso de drogas.
		Garantia ao direito ao devido processo legal, no caso de cometimento de ato infracional.

(Fonte: FROTA, 2004: 71, in ROSEMBERG e MARIANO, 2010: 712)

os direitos anunciados na Convenção de 1989. O modo como os estudiosos usualmente categorizam os direitos apresentados no Estatuto

é feito em termos de direitos individuais – como vida, liberdade, dignidade – e coletivos – a exemplo dos econômicos, sociais e cul-

turais.¹³

Desde sua promulgação, é o Estatuto, embasado na Constituição Federal de 1988, que norteia as políticas destinadas à criança e ao adolescente. Os princípios e a política de atendimento previstos no Estatuto são considerados inovadores, mesmo hoje em dia, passados mais de 20 anos de sua publicação.

Apesar da importância desta lei para a construção de um novo paradigma de atenção à criança e ao adolescente, e mesmo tendo desencadeado inúmeras conquistas, a implementação plena do Estatuto ainda é uma pauta de reivindicação, pois exige uma complexa mudança cultural e institucional.

Não faltam notícias que denunciavam abusos e descasos com relação a esta população, cometidos tanto por familiares, responsáveis, como pelo poder público.

Mas como podemos compreender os problemas que enfrentamos? Vivemos em uma cultura de violência que assola a todos? Ainda nossa sociedade se recusa a tratar crianças e adolescentes como pessoas que possuem direitos? Estamos fazendo menos do que deveríamos – com recursos escassos e falta de capacitação profissional?

As respostas a estas questões

não aparecerão espontaneamente. Estamos novamente diante da necessidade de uma reflexão crítica, relacionando nosso passado e nosso futuro em suas múltiplas determinações.

Aspectos históricos dos Direitos da Criança e do adolescente no Brasil

Existe uma grande carência de dados históricos com relação ao modo como a criança vivia na sociedade brasileira antes da ocupação portuguesa em 1500¹⁴. Pois,

“(…) diferente do que ocorreu com os povos do chamado velho mundo e de outras partes da América Latina, nossos antepassados não escreviam nem construíam edifícios de pedra que pudessem contar-nos um pouco de seus costumes e leis. Pelo fato de serem nômades, coletores, caçadores e pescadores, os povos indígenas brasileiros não desenvolveram uma civilização fixa e, assim, não se inscreveram na história escrita e hoje em dia reconhecida como história oficial”

(FAJARDO, 1999:06).

O que é possível ponderar, a

13 Pensar os direitos como direitos de liberdade ou direitos de proteção é também uma maneira válida de categorização, mais utilizada na literatura pesquisada, nos comentários sobre a Convenção de 1989. Para ver mais detalhadamente esta categorização e suas implicações ver RENAULT (2005); ROSEMBERG e MARIANO (2010).

14 De fato, a povoação das terras brasileiras iniciou-se somente em 1530 (RAMOS in DEL PRIORE, 2007).

- 15 Grumetes eram os empregados de menor prestígio nas *naus*, desenvolviam trabalhos pesados e numerosos. Pajens eram serviços de oficiais e nobres, apesar de serem em geral mais jovens, eram superiores hierarquicamente aos grumetes, e repassavam a esses, parte de suas tarefas (RAMOS in DEL PRIORE, 2007).
- 16 As órfãs do Rei eram meninas destacadas para casarem nas colônias. O maior envio de meninas era às Índias, pois no Brasil a “prática de amancebar-se com as nativas suavizava o problema da constituição de famílias” (RAMOS in DEL PRIORE, 2007: 33).
- 17 A bibliografia utilizada fornece dados mais detalhados sobre a Companhia de Jesus, mas eram várias as ordens religiosas que exerciam a conversão e o ensino no Brasil do século XVI.

partir de alguns fragmentos históricos, é que antes do Brasil tornar-se uma colônia portuguesa, a concepção de infância era muito distinta da que se inscreve nos fatos históricos depois dela (FAJARDO, 1999).

As fontes de pesquisa disponíveis permitem uma retomada da condição social da infância e da adolescência a partir dos relatos das *naus* portuguesas do século XVI. Em geral, o número de crianças e adolescentes a bordo era pequeno, composto por trabalhadores das embarcações – grumetes e pajens¹⁵ – e por passageiros, como as órfãs do Rei¹⁶ e algumas crianças que viajavam acompanhadas de seus familiares (RAMOS in DEL PRIORE, 2007).

Todos os que viajavam nas *naus* eram expostos a uma rotina de dificuldades, sendo poucos os que chegavam a desembarcar. Além da condição das viagens serem complicadas – escassez de alimentos, naufrágios, ataques de piratas – as crianças tinham suas condições de viagem ainda mais dificultadas: eram as primeiras a serem descartadas quando havia a necessidade de diminuir o peso das embarcações, mesmo quando viajavam acompanhadas de seus pais, estavam expostas a violências sexuais,

e as que trabalhavam nos navios executavam atividades perigosas, principalmente os grumetes. Poucos sobreviviam às viagens e outros tantos ainda sucumbiam após desembarcar, nos longos e difíceis trajetos em terra (RAMOS in DEL PRIORE, 2007).

Em 1549, com a chegada dos primeiros padres da Companhia de Jesus¹⁷, outro aspecto da história começa a ser registrada: as missões de evangelização. Ao que tudo indica, por opção dos próprios religiosos, a evangelização era associada ao ensino de ler, escrever e fazer contas. Na conversão dos gentios, a prioridade dos padres era a dedicação às crianças, pois entendiam que a estes se imprimia melhor a doutrina (CHAMBOULEYRON, in DEL PRIORE, 2007).

Mesmo com os resultados considerados “positivos”, expressados pelos padres nas cartas enviadas a Portugal, era comum que na adolescência os indígenas retomassem suas tradições. Como uma reação a este fato, o ensino tornou-se cada vez mais rígido em disciplina, incluindo a vigilância e a acentuação dos castigos físicos (CHAMBOULEYRON, in DEL PRIORE, 2007). Foram então os jesuítas, “para horror dos indígenas

que desconheciam o ato de bater em crianças”, que introduziram os castigos físicos no cotidiano colonial (DEL PRIORE, 2007: 96).

Sobre o cotidiano das crianças livres na Colônia e o Império, Del Priore (2007), relata as complicadas barreiras para que os nascidos vivos não perecessem logo em seus primeiros meses ou dias. Hábitos alimentares e de vestimentas, como também doenças causadas por vermes ou vírus, provocavam altas taxas de mortalidade infantil. O problema atenuou-se a partir de meados do século XVI, mas continuou a existir e no século XIX (Segundo Império) tornou-se uma das maiores preocupações dos *higienistas*.

Faleiros, (in PILOTTI e RIZZINI, 1995), destaca que o número de crianças escravas não era grande, pois as causas já citadas de mortalidade infantil se somavam outros fatores, como o número reduzido de mulheres escravas, o infanticídio e os abortos devido aos maus tratos.

As crianças livres e escravas sobreviventes conviviam nas casas dos senhores¹⁸ até cerca dos sete anos e com elas os adultos brincavam “como se brincava com animaizinhos de estimação” (DEL

PRIORI, 2007: 96). Depois dos sete anos, considerada a idade da razão, as crianças brancas passavam a ser educadas enquanto as negras começavam a trabalhar.

No século XVIII, com a concentração da população nas cidades portuárias de Salvador e Rio de Janeiro, evidencia-se a problemática das crianças abandonadas. Com o argumento de que as crianças “lançadas nas ruas”, entregues a “voracidade dos animais”, ofendiam a “religião católica”, o vice-rei escreve para Dom João em 1726, solicitando a instalação da “Roda” (FALEIROS, in PILOTTI e RIZZINI, 1995).

A Roda era um sistema institucional originário da França, dirigido aos expostos até sua maioridade. Neste sistema, através de um dispositivo cilíndrico, a “roda”, as crianças enjeitadas eram depositadas do lado de fora e recolhidas do lado de dentro das instituições, de tal modo que o anonimato de quem entregava a criança era garantido.¹⁹

As “Rodas dos Expostos” tornaram-se símbolos do tratamento assistencial dado a criança neste período. A primeira Roda fora instalada na Santa Casa de Misericórdia de Salvador, em 1726 e o Rio de Janeiro recebeu a sua primeira

18 A convivência entre crianças brancas e negras até os sete anos não garantia a igualdade de condições, Faleiros aponta que as crianças negras serviam de brinquedo para as crianças brancas e eram comumente mal tratadas e exploradas sexualmente (FALEIROS, in PILOTTI e RIZZINI, 1995).

19 “A denominação de Roda para o atendimento que era oferecido aos nela enjeitados presta-se à confusão e ao entendimento de que a assistência a estes se resumia ao recolhimento imediato à exposição e deixa obscuras todas as etapas e modalidades de assistência que os mesmos recebiam até a maioridade” (FALEIROS, in PILOTTI e RIZZINI, 1995: 230). Para maior compreensão sobre o atendimento prestado aos expostos, verificar o texto da autora aqui citada.

roda em 1738 (PINHEIROS, 2003; FALEIROS, in PILOTTI e RIZZINI, 1995).

Mesmo com o advento das rodas, o número de óbitos entre as crianças permanecia bastante alto. Um relato de Maria Graham, no ano de 1821, conta que em sua visita a Roda dos Expostos do Rio de Janeiro, descobrira que das 12.000 crianças recebidas nos últimos treze anos, apenas 1000 estavam vivas. Estas mortes colocavam em dúvida a qualidade da assistência prestada (FALEIROS, in PILOTTI e RIZZINI, 1995).

No período histórico que sucedeu o estabelecimento da independência do Brasil, em 1822, ocorrem várias mudanças na assistência as crianças: novas rodas são criadas e definem-se legislações sobre as condições dos órfãos, dos aprendizes e dos infratores. Criam-se instituições com a preocupação asilar e educacional (FALEIROS, in PILOTTI e RIZZINI, 1995).

Com relação à população de crianças escravas, o cenário também se altera na época imperial. A Lei do Ventre Livre, Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871, concedia liberdade aos filhos de escravas, que deveriam ficar sob os cuidados dos senhores até completarem oito anos. Com esta idade os

senhores poderiam decidir em entregar as crianças para o governo, recebendo em troca uma indenização (PINHEIRO, 2003).

Antes de 1880 nenhuma criança fora entregue ao governo, e depois disso o número de renúncias era pequeno: registraram-se 41 crianças encaminhadas aos cuidados do governo em 1880 e 11 crianças em 1881. A baixa taxa de crianças entregues se devia ao fato de que a lei permitia que os senhores continuassem utilizando os serviços das crianças até completarem 21 anos, ou que as transferissem para atender a outros senhores, acompanhando suas mães quando vendidas. A possibilidade do uso dos trabalhos da criança se mantinha e era muito mais lucrativo do que a sua renúncia, mesmo mediante o recebimento da indenização. Desse modo, a maioria das crianças filhas de escravas seriam libertadas junto com os demais escravos, por meio da Lei 3.353, de 1888, que declara extinta a escravidão no Brasil (PINHEIRO, 2003).

A Lei do Ventre Livre foi considerada uma lei “ingênua” e pouco expressiva em termos de resultados concretos – em 1885 o número de confiados ao governo era de menos de 0,1% do total de crianças registradas. No entanto, sua

importância deve ser destacada, pois é a partir dela, e do pequeno número de crianças que o governo passa a ter de administrar, que surgem discussões importantes sobre o futuro da infância pobre no país (RIZZINI in PILOTTI, 1995; PINHEIRO, 2003).

A principal iniciativa do Império direcionada a infância pobre, segundo Irma Rizzini (in PILOTTI e RIZZINI, 1995), fora a inauguração do Asilo de Meninos Desvalidos, em 1875, concretizando o disposto no nº 1.331A de 1854. A preocupação central era a questão educacional, dando ênfase à formação dos meninos livres de modo que pudessem contribuir com a edificação do Império.

O modelo de uma educação feita em regime asilar não era novidade para a época, sendo que também as crianças oriundas de famílias ricas eram educadas em internatos. Porém, a educação destas orientava-se para a ocupação de altos postos, enquanto a educação asilar dos meninos pobres almejava a formação para trabalhos secundários (RIZZINI in PILOTTI e RIZZINI, 1995).

A demanda por instituições asilares torna-se cada vez maior. O número de crianças levadas para viverem nas Santas Casas aumen-

tou consideravelmente entre 1864 a 1881. E, entre 1870 e 1880, aparecem com frequência nos relatórios dos Chefes de Polícia, direcionados aos Ministros da Justiça, informações sobre menores expostos e pedidos de abertura de instituições para a “regeneração da infância” (PINHEIRO, 2003).

Na passagem do regime monárquico para o republicano, era intensa a preocupação em fundar uma nação culta e civilizada, na qual a criança passa a figurar como alvo de investimento público, para que, formada como um “homem de bem”, tenha condições de ser o “futuro da nação”. A assistência pública às crianças pobres nos primeiros anos da República (de 1903 a 1922) assumia a forma de uma “caridade oficial, com atuação dispersa, desorganizada e efêmera” (RIZZINI, 2008; RIZZINI in PILOTTI e RIZZINI, 1995).

Os problemas envolvendo as crianças eram referenciados a uma visão ambivalente, onde a criança estava em perigo ou era perigosa. A infância desvalida precisava então ser salva, para que o futuro fosse construído.

As preocupações com a infância se inseriam em uma forte tendência *higienista*²⁰, que revelavam

²⁰ De acordo com Rizzini (2008: 108), o *higienismo* pode ser considerado como um movimento que incidiu sobre a infância, “foi abraçado por médicos brasileiros no final do século XIX. A ideia era (...) de investir na ‘célula’ da infância, e por meio dela, atuar sobre a família, ensinando-lhe as noções básicas de higiene e saúde – em sentido físico e moral”.

o interesse da “medicina social”²¹ sobre a infância. Esta medicina estudava os elementos naturais e sociais que prejudicavam a saúde e deu origem a ações de higiene pública que se tornaram instrumento de “organização, controle e regulação da vida social”. Esta tendência higienista iria acentuar-se ao longo das primeiras décadas do século XX (RIZZINI in RIZZINI e PILOTTI, 1995: 245).

A assistência oficial do início da República substituiu a denominação de asilos por institutos, reformatórios e escolas correcionais, nos quais se mantinha o recolhimento e a educação dos abandonados e “viciosos”²². A tônica geral desta assistência era de controle e repressão, feita por instituições jurídico-policiais, vinculadas a serviços particulares beneficentes. Porém, aos poucos vai se mesclando aos princípios repressivos ideais de uma nova assistência, de cunho “científico”, orientada para a reabilitação (RIZZINI in RIZZINI e PILOTTI, 1995: 245).

Desenvolvia-se um aparato médico-jurídico-assistencial, apresentado como capaz de exercer as funções de prevenção, educação, recuperação e repressão.

“Será da medicina (do corpo e da alma) o papel de diagnosticar na infância a possibilidades de recuperação e formas de tratamento. Caberá à Justiça regular a proteção (da criança e da sociedade), fazendo prevalecer a educação sobre a punição. À *filantropia* (...) estava reservada a missão de prestar assistência aos pobres e *desvalidos*, em associação às ações públicas. A composição desses movimentos resultou na organização da Justiça e da Assistência nas três primeiras décadas do século XX” (RIZZINI, 2008: 26-27).

Em síntese, de acordo com a argumentação de Souza (1998), as preocupações com a infância brasileira, no final do século XIX e início do século XX, estavam orientadas por um projeto maior, de modernização do Brasil. Os lemas eram urbanizar, industrializar, sanear e higienizar, tendo como meta o progresso nacional. Neste contexto, a família é considerada elemento essencial para a constituição da sociedade moderna, industrial e urbana.

Em 1922 ocorreu no Rio de Janeiro o 1º Congresso Brasileiro de

21 Em meados do século XIX, havia muitos trabalhos nas faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia que nesta concepção de medicina estudavam a mortalidade infantil entre os expostos (RIZZINI, in PILOTTI e RIZZINI, 1995).

22 A expressão “menores viciosos” surgiu em uma lei de 1902, que visava reformar o serviço policial e sua atuação na apreensão de menores que vagavam pelas ruas (RIZZINI, in PILOTTI e RIZZINI, 1995).

Proteção a Infância – CBPI, promovido pelo “Departamento da Criança no Brasil”. As discussões apresentavam conhecimentos médicos, psicológicos e sociais sobre a criança, visando que estes servissem para garantir proteção e assistência à infância “desvalida”. Tal objetivo fazia necessária a instituição de “formas legais de controle e vigilância”. Esta pauta, coordenada pelo presidente da comissão executiva do evento, Dr. Moncorvo Filho²³, destacava a criança como objeto de investigação científica (SOUZA, 1998).

Apesar da invisibilidade social deste evento na época, sua influência foi grande na elaboração do Código de Menores de 1927 – apresentado pelo juiz Mello Mattos - que veiculava concepções difundidas no 1º CBPI, arrolando categorias para diferenciar as crianças qualificadas para uma nova ordem social e as percebidas como ameaçadoras a esta ordem.

O Código de 1927, calcado na noção de “deseestrutura familiar”, trazia uma concepção política-social de proteção e vigilância dos menores de 18 anos, vítimas de omissão ou transgressão da família, e que acabam por compor uma população de abandonados ou delinquentes. Neste cenário, as medi-

das de internação eram comandadas pelo Poder judiciário, na figura do juiz de menores²⁴, e executadas pela segurança pública e por instituições filantrópicas (PEREIRA, 1998).

Sob a luz do Código de Menores, o regime ditatorial do Estado Novo implantou, na década de 1940, uma política de proteção e assistência centralizada, o que, além de coadunar com o perfil do governo, atendia as exigências de especialistas que defendiam a centralização há três décadas (RIZZINI in PILOTTI e RIZZINI, 1995).

A política teve início com a criação do Serviço de Assistência ao Menor – SAM, primeiro no Distrito Federal e depois, em 1944, expandido para todo o território nacional. O SAM sistematizava e orientava os serviços de assistência, além de abrigar os menores mediante a autorização dos juizes de menores.

Vinculadas a esta política, entre 1942 e 1943, surgiram várias instituições sociais governamentais e privadas. Entre elas, Irma Rizzini (1995), destaca o surgimento da Legião Brasileira da Assistência, fundada pela então primeira dama Darcy Vargas com o objetivo inicial de assistir as famílias dos convocados para a Segunda Guer-

23 O Dr. Moncorvo Filho fora um dos mais importantes idealizadores de uma assistência à infância baseada em princípios científicos. Para maiores detalhes ver PILOTTI e RIZZINI (1995).

24 Os chamados “juizes de menores” eram os magistrados atuantes no órgão Juízo de Menores, regulamentado em 1923.

ra Mundial. Passado o período de guerra, a LBA se mantém, voltando seus trabalhos à assistência materna e a infância (RIZZINI, in PILOTTI e RIZZINI, 1995).

A referida autora também relata que, na década de 1950, o SAM começa a receber inúmeras críticas por expor meninos e meninas a condições degradantes, como alimentação inadequada, falta de higiene, maus tratos, violências sexuais e até assassinatos. Além das denúncias sobre o tratamento dado aos acolhidos, também se divulgava denúncias de desvio de dinheiro público.

Em 1961 se faz uma Comissão de Sindicância sobre o SAM, movimento que acaba por culminar na sua extinção. O SAM é então substituído pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a FNBEM, que mais tarde, na década de 1970 recebe o nome FUNABEM (VOGEL in PILOTTI e RIZZINI, 1995).

A FUNABEM pretendia vencer a burocracia e a corrupção existente no SAM, bem como cumprir com a política de assistência ao menor ancorada em bases científicas. A visão era de ações voltadas à prevenção, com preferência para a “reintegração na família”, sendo a internação a última escolha. Para levar a política aos estados, foram

criadas as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor – FEBEMs, organizações estaduais que recebiam recursos e instruções da FUNABEM (VOGEL, in PILOTTI e RIZZINI, 1995).

Os primeiros anos de exercício da FUNABEM indicam bons resultados, pelo menos nos relatórios oficiais. Mas, ao longo dos anos, com o aumento dos problemas sociais e o crescimento estrutural dos serviços, este equipamento cai também no descrédito e suas ações, consideradas um híbrido de “correção-repressão-assistencial”, revelam a falência da política e seu perfil centralizador (VOGEL, in PILOTTI e RIZZINI, 1995).

Os problemas da FUNABEM e das FEBEMs, envolvendo denúncias de descaso e violências, foram pautados em 1975 na Comissão Parlamentar de Inquérito – “CPI do Menor Abandonado” (PEREIRA, 1998).

Uma das respostas oficiais dada a partir das discussões da CPI de 1975 consistiu na atualização do Código de Menores, elaborada por um grupo de juristas. A adaptação da legislação se deu no sentido de dar “algum ar de modernidade” ao antigo modelo assistencial-autoritário (MENDEZ, 1991 in PEREIRA, 1998).

Em 1979 aprova-se a nova versão do Código de Menores, destinada a assistir *menores em situação irregular*, nomenclatura que reunia diversas situações, como

“(…) crianças e adolescentes das camadas populares, considerados autores de ato infracional; vítimas de maus-tratos; crianças e adolescentes cujos pais ou responsáveis não possuíam rendimento suficiente para lhes proporcionar uma vida digna”. O Código trata, então, de uma parcela da população, menor de 18 anos de idade, cuja condição sócio-econômica os coloca em situação de *patologia jurídico-social* (PEREIRA, 1998: 61).

Na segunda versão do Código, as funções do juiz são ampliadas e seu poder de tutela permitia legislar por meio de portarias. O exercício da tutela era sustentado em “princípios e diretrizes da política de segurança nacional, ditada pelo regime da época, onde o *controle social* da pessoa era de fundamental importância para a consecução dos propósitos políticos do governo militar” (PEREIRA, 1998: 62).

Em suma, os dois Códigos mantiveram o mesmo cerne propositivo: destinada a uma parcela específica da população infanto-juvenil; com medidas essencialmente jurídicas, internação provisória rotineira, perspectiva social de controle e vigilância (SOUZA, 1998; PEREIRA, 1998).

Mudanças em tempos de redemocratização

Com o final da ditadura militar, ordenam-se novas perspectivas de construção social no Brasil. No anseio de “resgatar as liberdades individuais arduamente sacrificadas durante os regimes de ditadura” (GONÇALVES, 2005: 112), a década de 1980 na sociedade brasileira foi marcada pelos debates em torno da redemocratização, pautando a construção democrática dos direitos sociais, a participação e o controle social.

É neste contexto de afirmação de direitos que ocorrem as discussões sobre o reordenamento da política destinada a crianças e adolescentes, fortemente marcada pela tendência de suprimir todas as formas de autoritarismo. O que conseqüentemente implicava em uma ruptura com a legislação em vigor.

notas

Diante da falência da atual política destinada aos menores, era vital a busca por experiências bem sucedidas. No período entre 1982 e 1984, ocorreram vários encontros para troca de experiências e produção de materiais, que resultaram na formação de uma rede de lideranças de abrangência nacional. Era a organização de uma nova identidade política, que tinha como pauta a militância em defesa da criança e do adolescente. Um movimento expressivo desta identidade era a Coordenação Nacional do Movimento de Meninos e Meninas de Rua (VOGEL, in PILOTTI e RIZZINI, 1995).

A questão dos meninos e meninas de rua teve grande destaque na mídia e tornou-se uma forte bandeira dos movimentos sociais, evidenciando a falência do modelo de institucionalização da pobreza preconizado pelos Códigos de 1927 e 1979 (ROSEMBERG, 2008).

Os debates envolvendo a situação da infância e da adolescência no Brasil organizaram-se em dois grandes movimentos com papéis importantes na elaboração da Constituição Federal de 1988: o “Criança e Constituinte”, que agregava a luta de mulheres por creches e que contribuiu para a redação do artigo 208; e o “Criança

Prioridade Absoluta”, com atuação fundamental na inclusão do artigo 227 (ROSEMBERG, 2008).

A “Comissão Nacional Criança Constituinte” foi criada através de uma portaria em 1986. Reunia a participação de vários Ministérios e Secretarias, além de organismos multilaterais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Organização Nacional para a Educação Pré-Escolar. Nesta comissão, havia divergências sobre a proteção integral, pois mantinha na redação da proposta a criança em situação irregular como objeto de proteção (PEREIRA, 1998).

Fazendo frente a esta Comissão, organiza-se por emenda popular, em 1987, com ampla adesão²⁵, o movimento “Criança Prioridade Absoluta”, reunindo diversas forças sociais atuantes no campo da infância e adolescência em defesa da proteção integral. As organizações deste movimento criam, em 1988, o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum Nacional DCA (PEREIRA, 1998).

Para Rosemberg (2008), o “recuo dos anos” permitiu visualizar que os posicionamentos do movimento Criança Prioridade Absoluta não eram homogêneos. Não somente o

25 Pereira (1998), cita a adesão de 250 mil pessoas à proposta.

grupo era eclético, como suas subagendas eram variadas. A convergência estava na defesa da infância contra um Estado totalitário.

Pereira (1998), afirma que num contexto geral, incluindo os movimentos já citados, foram muitas as forças influentes na elaboração da Constituição de 1988 e, posteriormente, na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente. As influências provinham de articulações nacionais, com apoio das esferas estaduais e municipais, e agregavam, pelo menos, três forças distintas:

- o **“mundo jurídico”**, com a participação de juízes, promotores, advogados;
- as **“políticas públicas”**, por meio de seus dirigentes e técnicos;
- os **“movimentos sociais”**, representados por entidades não governamentais com perspectivas variadas, como o Fórum Nacional DCA; a Ordem dos Advogados do Brasil, a Sociedade Brasileira de Pediatria.

Há que se destacar também a participação constante de organis-

mos privados, como a Associação dos Fabricantes de Brinquedos do Brasil – ABRINQ (PEREIRA, 1998).

Sobre a variedade de concepções deste período, Schuch (2005) sintetiza a questão afirmando que a “constituição da infância e juventude como foco de políticas específicas realizou-se envolvendo a luta entre perspectivas de agentes diversos, disputas políticas entre enunciados que ultrapassam fronteiras nacionais, embora se revisitam de significados particulares” (SCHUCH, 2005: 51).

Diante destas considerações, a citação abaixo pode nos servir como um parâmetro para entender o processo social mais amplo que garantiu a criação do Estatuto:

“A redefinição da cidadania da infância é o efeito conjugado da mudança paradigmática na concepção de infância, da construção de uma concepção jurídica renovada, expressa sobretudo na Convenção dos Direitos da Criança, de 1989, e do processo societal de ampliação das formas de cidadania, a partir de uma ação assertiva e contra-hegemônica, onde têm lugar nomeadamente

agentes e organizações não governamentais (ONGs) centradas na infância. Tal redefinição constitui, por consequência, um espaço tenso, não isento de ambiguidades e em processo de construção. Não obstante, exprime-se como uma das mais prometedoras possibilidades de interpretação dos vínculos sociais das crianças” (SARMENTO, FERNANDES e TOMÁS, 2007: 189).

Representantes de partidos políticos, comunidades, igrejas e movimentos sociais, expressando concepções diversas, sustentadas por demandas muitas vezes antagônicas, encontraram um caminho novo para pautar as questões relacionadas à infância e a juventude (ROSEMBERG, 2008).

Ancorada a princípios constitucionais como a democracia participativa e a descentralização político-administrativa e consonante com o conjunto de documentos internacionais da época, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 1990, emerge com uma radical mudança de concepção sócio-jurídica da infância e da juventude: a afirmação histórica de crianças e adolescentes como **sujeitos de direitos**.

O Estatuto afirma, em seu Livro I, Título I, crianças e adolescentes como pessoas com necessidades específicas por estarem em uma peculiar condição de desenvolvimento. Esta leitura implica na valorização da infância e adolescência enquanto diferença, na “prioridade absoluta” a ela destinada, por conta de sua situação de desenvolvimento, e na obrigatoriedade da “proteção integral” como “dever do Estado, da família e da sociedade” (PARANÁ, 2010).

Os direitos atribuídos às crianças e aos adolescentes são ordenados em cinco direitos fundamentais²⁶:

1. **Direito à Vida e à Saúde;**
2. **Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade;**
3. **Direito à Convivência Familiar e Comunitária;**
4. **Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer e**
5. **Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho**

A partir do Estatuto instalaram-se mudanças que alteram o sistema de operações destinadas ao

²⁶ Comparato (2005), definiu os direitos fundamentais como direitos humanos reconhecidos e positivados em normas – leis, tratados, Constituições.

A CONSTITUIÇÃO DE 1988 FORNECEU AS DIRETRIZES PARA A GESTÃO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.



Princípios constitucionais evidenciados no Estatuto da Criança e do Adolescente:

- | | |
|--|--|
| * Princípio da Descentralização | * Ênfase à municipalização |
| * Princípio da Participação | * Conselhos com caráter deliberativo e composição partidária |
| * Princípio da Focalização | * Criação e manutenção de programas específicos |
| * Princípio da Sustentação | * Manutenção de fundos Nacionais, Estaduais e Municipais |
| * Princípio da Integração Operacional | * Atuação convergente |
| * Princípio da Mobilização | * Participação da sociedade |

notas

atendimento da criança e do adolescente. O modo como a política de atendimento²⁷ foi arquitetada, de acordo com os princípios constitucionais, exige a universalidade e a integração. Ou seja, todas as crianças e adolescentes brasileiros podem acessar o conjunto das políticas públicas e estas estão articuladas em um sistema de atendimento.

Este sistema de atendimento precisa também ser gestado e fiscalizado pelo conjunto da sociedade. Tal configuração da política também inclui a ação de novos elementos, dos quais destacamos o Conselho Tutelar e os Conselhos de Direitos.

Os Conselhos Tutelares são representantes da sociedade eleitos com a função, expressa no artigo 131, de “zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e de adolescentes” (PARANÁ, 2010). A criação dos Conselhos Tutelares implica na redução do papel do Poder Judiciário - fruto do embate com o Código de Menores - atrelando a defesa dos direitos de crianças e adolescente, bem como a aplicação da maior parte das medidas de proteção ao âmbito executivo (BAZÍLIO, 2003).

O modelo operacional da Doutrina da Proteção Integral, priman-

do pela participação democrática, estabelece como fórum de controle e formulação das políticas os Conselhos de Direito, em instâncias Municipais, Estaduais e Federal.

Uma definição geral dada aos Conselhos de Direito é que estes são órgãos intersetoriais, de composição mista e paritária entre governo e Sociedade Civil, existentes em todos os níveis de governo (municipal, estadual e Federal) que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal, detém a competência e a legitimidade para deliberar políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente, bem como a prerrogativa de controlar as ações do administrador público encarregado de sua efetiva implementação (CONANDA, 2007; DIGIÁ-COMO, 2008).

Por intermédio do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente fica garantida a participação popular no processo de discussão, deliberação e fiscalização da execução da política de atendimento destinada à população infanto-juvenil (PONTES JUNIOR, 2008).

A política de atendimento proposta pelo Estatuto foi posteriormente regulamentada pelo CONANDA na Resolução 113 e no-

27 A Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente é apresentada em suas linhas gerais no Artigo 87 do Estatuto.

meada Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Sua execução depende da articulação de entes governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2006).

O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da Sociedade Civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos Direitos da Criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal (BRASIL, sem data, sem página)²⁸.

De acordo com o Sistema de Garantia de Direitos, temos três eixos constitutivos: defesa, promoção e controle social (BRASIL, 2006).

O eixo da defesa dos direitos consiste no acesso a justiça, aos recursos às instâncias públicas e mecanismos jurídicos. É este o eixo de atuação do Conselho Tutelar, junto com outras instâncias do

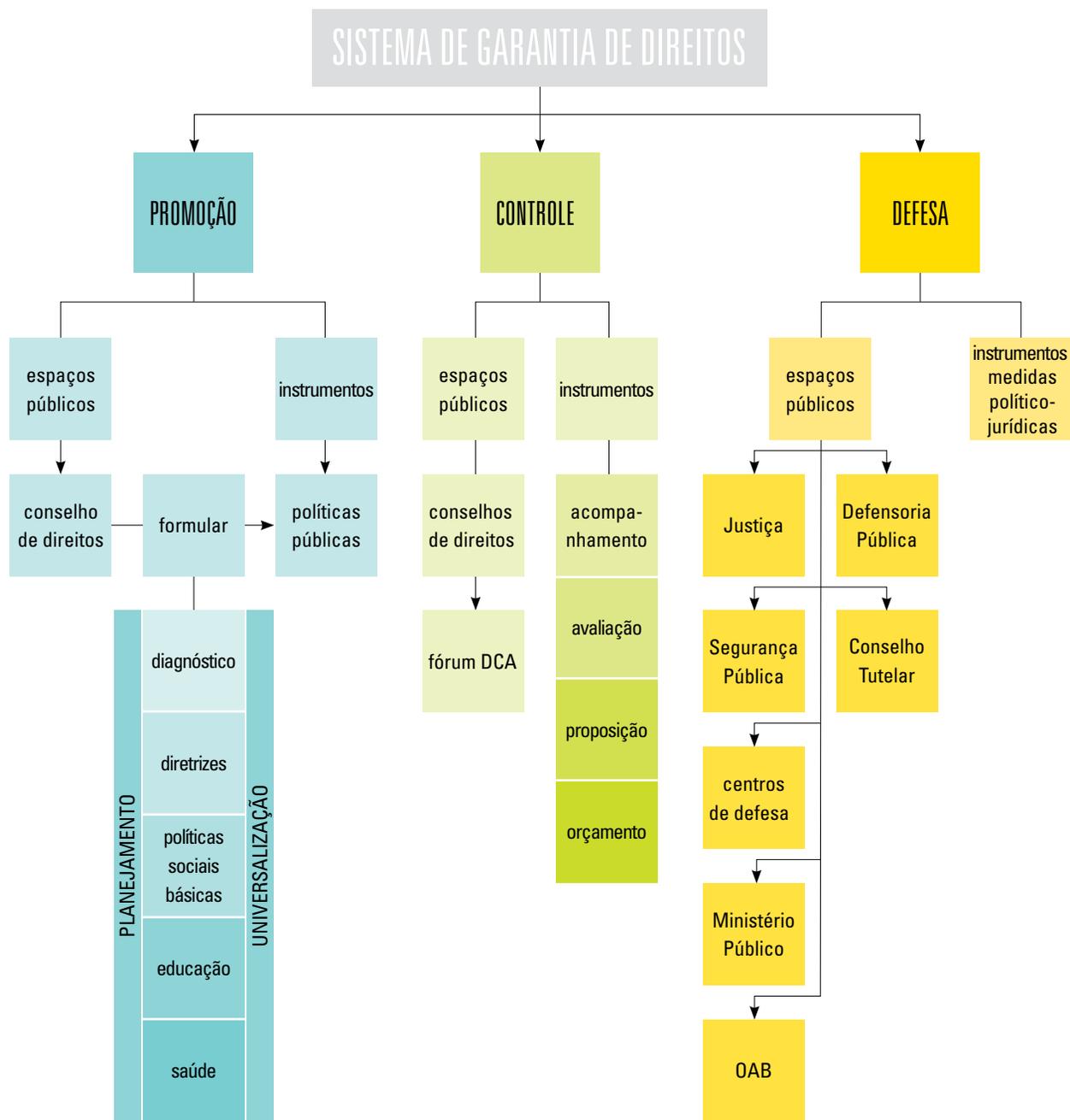
poder público e da Sociedade Civil, tais como a Justiça da Infância e Juventude, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Segurança Pública, ouvidorias e os Centros de Defesa (CEAT, 2006, BRASIL, 2006).

O eixo da promoção de direitos é transversal e intersetorial, inclui serviços e programas de políticas básicas e programas de execução de medidas de proteção e socioeducação (BRASIL, 2006).

O eixo do controle social trata da participação da sociedade na formulação e acompanhamento das políticas, por meio da ação de instituições públicas colegiadas e paritárias, como os Conselhos de Direitos e os Conselhos Setoriais (CEATS, 2006, BRASIL, 2006). Além destes espaços de participação e representação, o controle social é exercido soberanamente pela sociedade.

O fluxograma reproduzido a seguir, publicado pelo Portal Nacional SGD, ilustra a organização do Sistema de Garantia de Direitos. Fica evidente no desenho que as instâncias exercem funções que podem ser classificadas em mais de um eixo. É o caso do Conselho de Direitos, considerando sua participação na elaboração de políticas como um dos componentes da

²⁸ Esta citação foi selecionada do site da Secretaria de Direitos Humanos e consta nas referências.



Fluxograma extraído de: http://www.portalnacionalsgd.com.br/new_sgd/miniapresentacao.pdf.

notas

“inefetivas” (...) Porque (...) o Estatuto da Criança e do Adolescente tem dado essa falsa impressão, a grandes segmentos da opinião pública (...)?”

(NETO, 2007: 24)

Não podemos deixar de considerar que esta “inoperância” da lei pode ser um artifício utilizado por setores conservadores, incapazes de renovar as práticas sociais à luz dos direitos humanos.

Contudo, a reflexão não pode ser simplista, conformando-se a uma identificação maniqueísta dos entraves para a efetivação de direitos de crianças e adolescentes. Iniciativas muito bem intencionadas, porém não avaliadas adequadamente, podem ter impacto social negativo, causando mais danos do que avanços. E ainda, mesmo mudanças que por um lado agregam resultados favoráveis podem, por outro, desencadear transtornos não previstos.

São muitos os condicionantes sociais que se colocam no âmbito de uma mudança paradigmática tão complexa como esta. E nem sempre suas implicações são planejadas.

Muitas vezes, as dificuldades, aparentemente intransponíveis,

resultam de uma conjugação de elementos sociais, culturais, econômicos e políticos que, quando analisados e enfrentados adequadamente, podem ser superados.

Abordando superficialmente a questão, podemos inferir que os problemas se relacionam a esferas distintas, das quais se destacam os investimentos financeiros reduzidos, a ausência da prioridade da criança e do adolescente nas agendas públicas, a “relutância” social na tomada de consciência sobre a condição de sujeito de crianças e adolescentes e a falta de dados sobre esta população.

Com relação à questão econômica, a lógica do “mercado” molda os investimentos nas políticas sociais de forma que o exercício pleno da cidadania fica em segundo plano. Acabando por gerar uma “subordinação das políticas sociais às políticas de ajuste da economia, com suas restrições aos gastos públicos” (YAZBEK, 2004: 105).

Por outro lado, o funcionamento dos espaços de decisão e fiscalização, os Conselhos de Direitos, nem sempre conseguem uma operacionalização capaz de resultar em deliberações autônomas e que de fato vinculem o poder público na implementação de propostas.

A fragilização dos mecanis-

mos de participação social tende a afastar as demandas concretas das decisões políticas, e até mesmo a desconsiderar a prioridade que deveria ser dada às questões envolvendo a criança e o adolescente.

Enfim, podemos afirmar que, no Brasil, os discursos sobre o direito de crianças e adolescentes introduziram-se em um contexto de redemocratização política que não foi acompanhada por uma reforma social e econômica. O que colaborou para que a teoria universalista sobre os direitos dos indivíduos fosse confrontada com uma classificação hierarquizante das pessoas, reproduzindo cotidianamente a desigualdade (SCHUCH, 2006).

Em termos sócio-culturais, a invisibilidade social e as violências cometidas contra crianças e adolescentes são questões sociais amplas que se relacionam ao modo como nossas culturas compreendem e tratam a criança e o adolescente. A vigência de um modelo social autoritário e incapaz de reconhecer a igualdade de direitos na diferença, interfere nas possibilidades de execução de políticas democráticas e emancipatórias.

A cultura adultocêntrica se expressa na execução das políticas de atendimento, gerando repre-

sentações que vão de encontro à proposta de garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes.

Na conclusão, um recomeço

Em consonância com o modelo internacional de defesa de direitos humanos de crianças e de adolescentes, os últimos 20 anos de políticas públicas no Brasil envolveram o debate, a crítica, a luta pela implantação e implementação dos princípios do Estatuto (SCHUCH, 2006).

A promulgação do Estatuto instituiu marcos legais, compatíveis com a concretização de três profundas mudanças: de concepção, pela proteção integral e respeito à condição especial de pessoas em desenvolvimento; de gestão, ampliando-se a elaboração de políticas públicas para a participação da Sociedade Civil organizada; e de método, imprimindo às políticas públicas natureza social e educativa (ROSEMBERG, 2008; BASÍLIO, 2003).

Contudo, as medidas de proteção previstas e aplicadas ainda não foram precisas e amplas o

notas

notas

suficiente para universalizar a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. A dependência com relação ao adulto gera situações de vulnerabilidade, agravadas por problemas sociais complexos como a marginalização social, os contextos de miséria, exploração no trabalho, exposição a doenças e a violências físicas e sexuais. “As desigualdades sociais, associadas ao processo de globalização hegemônica em curso não têm, senão acentuado, estas condições” (SARMENTO, 2005: 369).

A ineficácia estrutural das políticas públicas oferece contornos muito específicos a certas formas de impossibilidade de garantia de direitos de crianças e adolescentes. Mas não devemos ter a ilusão de que os entraves se restringem a problemas sócio-econômicos. Precisamos abordar todas as formas de ineficácia em suas múltiplas determinações.

O contexto no qual o Estatuto foi elaborado pode ser compreendido como descreve Sarmento, Fernandes e Tomás (2007): um espaço social tenso, ambíguo.

Esta ambiguidade é identificada nas concepções de infância e adolescência que impregnam as práticas coletivas e individuais, apesar dos esforços de muitos agentes

em reforçar a cultura da plenitude dos direitos. Como afirma Mollo (2005), é a incoerência que marca o lugar da criança na nossa sociedade.

Podemos considerar que no desenrolar das práticas políticas atuais se mantém viva, e produzindo efeitos, uma leitura de “criança-objeto”, adjetivada como problema social, sem condições de ascender à condição de posse de direitos.

Diante das dificuldades, nos resta uma discussão coletiva, guiada pelo objetivo de empreender uma “luta pela emancipação da população infanto-adolescente”, e reconhecer que nesta batalha se faz necessária a garantia “tanto de sua *‘identidade de direitos’*, isto é, sua condição de *‘sujeitos de direitos’*, quanto sua *‘liberdade de ser diverso e singular’*” (grifos do autor) (NETO, 2007: 30).

Em suma, o referencial maior que norteia os trabalhos relacionados à garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes é o respeito à essência humana em todas as suas formas concretas de existência.

Bem, resta-nos agora não o final da história, mas seu começo. Os fatos, as reflexões e análises teóricas apresentadas neste capítulo são apenas instrumentos para rea-

GLOSSÁRIO²⁹

Adultocentrismo³⁰ No texto: expressão utilizada por teóricos da área da infância que significa o predomínio das concepções e práticas dos adultos em detrimento das condições de vida de crianças e adolescentes. É uma forma de poder, de domínio exercido pelo adulto (NETO, 2007).

Advento vinda; início de algo.

Alteridade No texto: referente à qualidade de ser outro; possibilidade de se colocar no lugar do outro; processo de relação subjetiva que permite compreender o outro na sua plenitude, implicando na identificação e valorização do outro na sua diferença.

Ambiguidade com sentido incerto, duvidoso.

Âmbito contorno, recinto, campo de ação.

Ancorar expressão figurada do verbo ancorar. Exemplo: fixar, firmar ideias.

Antagônico contrário; oposto.

Asilar abrigar; albergar. No texto: práticas asilares que envolvem um confinamento institucional.

Assimetria falta de simetria; falta de correspondência de posição, forma, medida.

Atenuar tornar menos vivo, menos grave.

Calcado No texto uso figurado de estar fixado, amparado em algo.

Caritativo caridoso; compassivo; algo que é baseado na noção de caridade.

Cíclica algo com intervalos regulares. Exemplo: uma composição musical em que um ou vários temas reapare-

cem em todos os movimentos.

Coadunar reunir; formar em torno.

Consonância uso figurado para concordância; estar de acordo.

Constitutiva que compõem algo; que constitui essencialmente uma coisa.

Contra-hegemônico No texto: que é contrário ao que é hegemônico, ao que é preponderante.

Convergente ato ou efeito de convergir. Uso figurado: dirigir-se ao mesmo ponto.

Corriqueiramente referente a corriqueiro; que circula habitualmente; vulgar.

Culminar atingir o ponto mais alto.

Deliberativo que delibera; que resolve; que toma decisão.

Desvalida aquela que se vê sem apoio, recursos ou força; desprotegida.

Desvio mudança de direção, posição; sinuosidade de um rio. Uso figurado: propriedade de algo que se difere da maioria.

Detentor que tem a posse de uma coisa; depositário.

Diferenças biopsicossociais No texto: se refere a diferenças de cunho biológico, psicológico e social.

Difundir espalhar; derramar; propagar; divulgar.

Dual relativo a dois.

Ecoam do verbo ecoar; fazer eco, repetir, ressoar.

Edificação ação de edificar; de levantar; construção, criação.

Emancipação aquisições de direitos, alforria, libertação.

Filantropia sentimento que leva os

29 Fontes: Dicionário de português Aurélio *online* <<http://74.86.137.64-static.reverse.softlayer.com/>>; complementações de acordo com o sentido que as palavras assumem de acordo com o uso no texto.

30 Para definir esta palavra recorreremos ao modo como ela parece nos textos de Neto (2007), já citado na bibliografia.

- homens a ajudarem os outros.
- Gentio** pagão; selvagem; não civilizado.
- Grumete** praça inferior da Marinha.
- Hegemonia** uso figurado: supremacia; domínio; preponderância; proeminência.
- Híbrido** resultado de um cruzamento; composição misturada de duas substâncias.
- Indigência** penúria, pobreza extrema.
- Infanticídio** assassinato de uma criança, particularmente de um recém-nascido.
- Inferir** tirar uma consequência de um fato ou princípio, concluir.
- Inoperância** que não opera, não produz o efeito desejado, inútil, ineficaz.
- Intransponível** que não se pode transpor; que não se pode alterar ou ultrapassar.
- Nau** antiga embarcação a vela.
- Norteia** do verbo nortear. Uso figurado: orientar, guiar.
- Oriundo** originário; proveniente.
- Pajem** jovem que está a serviço do rei, príncipe ou senhor.
- Paliativo** que serve para acalmar; aliviar temporariamente.
- Paradigma** modelo; padrão; norma.
- Perecessem** do verbo perecer: ter fim; deixar de existir.
- Ponderar** avaliar; estudar; pesar; examinar; considerar.
- Preconizado** do verbo preconizar: recomendar; pregar.
- Prerrogativa** direito que possui uma pessoa ou corporação.
- Ratificação** efeito de ratificar, de confirmar, reconhecer a validade.
- Recalca** reprimir, opor-se à expansão.
- Psicanálise**: excluir de admisão consciente uma recordação, tendência, etc.
- Redemocratização** No texto: referente ao movimento de retomada do governo democrático que ocorreu no Brasil com o fim da ditadura militar na década de 1980.
- Reverberam** do verbo reverberar: repercutir, refletir algo.
- Subsistência** estado do que subsiste, permanência, sobrevivência; conjunto de coisas necessárias para a manutenção da vida.
- Sucumbir** cair; ser vencido; uso figurado: perder o ânimo, fraquejar.
- Suscitou** do verbo suscitar: fazer aparecer, causar, originar, sugerir.
- Tecido social** No texto: a sociedade em seu conjunto; as articulações formadas pelas práticas sociais.
- Tônica** uso figurado: ideia ou assunto principal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

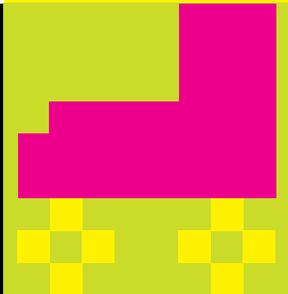
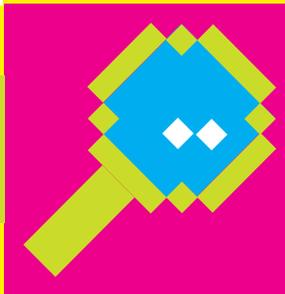
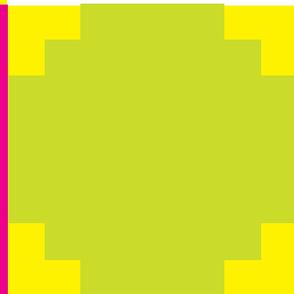
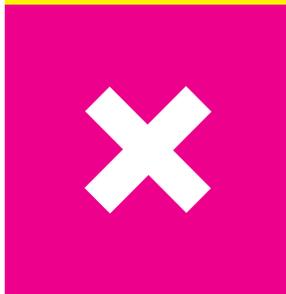
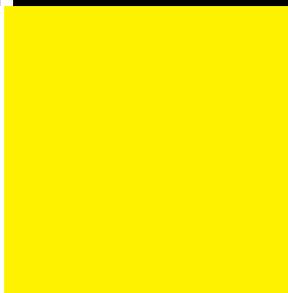
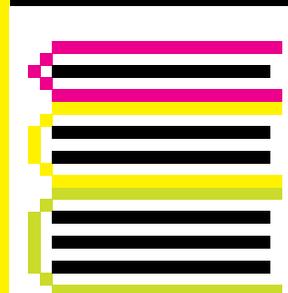
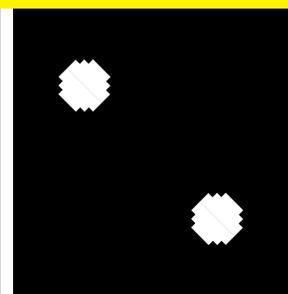
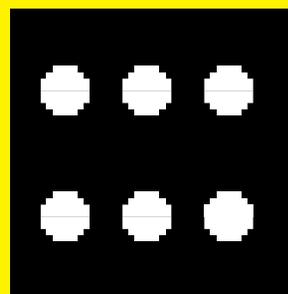
Capítulo 1

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEGNINI, Ticyana P.; BEGA, Maria Tarcisa S.; KRIEGER, Olga M. Q.. **20 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE: Um balanço teórico necessário**. In: II Seminário de Sociologia e Política. Anais do Evento. Volume 13. ISSN da publicação: ISSN 2175-6880 (Online). UFPR, Curitiba, 2010.
- BERNARDI, Dayse C. F. **Concepções de infância em relatórios psicológicos judiciais**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. São Paulo, 2005.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política I**. 11ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 10ª tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução nº 113 de 19 de abril de 2006**. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/.arquivos
- BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos. Criança e Adolescentes. **Sistema de Garantia de Direitos**. Versão *on line*, sem data. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.gov.br/spdca/sgd>
- CEATS / FIA. **Pesquisa Conhecendo a Realidade**. Brasília: 2006.
- COMPARATO, Fábio K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 4ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005.
- CONANDA. **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar**. 2007, Brasília, DF.
- DEL PRIORE, Mary (org). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- DIGIÁCOMO, Murillo J. **Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente: transparência de seu funcionamento como condição indispensável à legitimidade e legalidade de suas deliberações**. In: Conselhos de Direito – Doutrina. Disponível em: http://www2.mp.pr.gov.br/cpca/indices/ca_cd_conselhos_de_direito_0.php
- DOLTO, Françoise. **A causa das crianças**. São Paulo: Ideias & Letras, 2005.
- FAJARDO, Sinara. **Retórica e Realidade dos Direitos da Criança no Brasil**. Tese apresentada ao Programa de doutorado em Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais, Universidade de Zaragoza. Zaragoza, 1999. (mimeo)

- FERREIRA, Manuela; SARMENTO, Manuel Jacinto. **Subjetividade e bem-estar das crianças: (in)visibilidade e voz.** REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação, v. 2, nº 2, 2008. Semestral. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br>.
- GONÇALVES, Cláudia M^a da C. **Políticas dos Direitos Fundamentais Sociais na Constituição Federal de 1988: releitura de uma constituição dirigente.** Tese de doutorado. Pós-Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luis, 2005.
- HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente.** Porto Alegre: Artmed, 2004.
- JUNIOR, Felício Pontes. **Conselhos de Direitos de Crianças e Adolescentes.** In: Conselhos de Direito – Doutrina. Disponível em: http://www2.mp.pr.gov.br/cpca/indices/ca_cd_conselhos_de_direito_0.php
- LEWOWICKI, Tadeusz; SINGER, Helena; MURAHOVSKI, Jayme. **Janusz Korczak.** São Paulo: Edusp, 1998. Disponível em: <http://academiareumatol.com.br/janusz/biografia.html>
- MANHAS, Cleomar. **A Intersetorialidade de Políticas Sociais como Grande Desafio aos 20 anos do ECA.** Instituto de Estudos Socioeconômicos. Versão *on line*, sem data. Disponível em: <http://www.criancanoparlamento.org.br/artigos/intersetorialidade-de-pol%C3%ADticas-sociais-como-grande-desafio-aos-20-anos-do-eca>
- MOLLO-BOUVIER, Suzanne. **Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica.** In: Educação & Sociologia, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 391-403, Maio/Ago, 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>
- NETO, Wanderlino Nogueira. **Promoção e proteção dos direitos humanos de geração: instrumentos e mecanismos de promoção e proteção dos Direitos da Criança e do adolescente, enquanto direitos humanos de geração.** Versão revisada, 2007. Disponível em: <http://www.mp.uva.gov.br/anch/documentos>.
- PARANÁ, Secretaria de Estado da Criança e da Juventude. **Edição Comemorativa 2010: Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislação Complementar para a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes.** Curitiba, 2010.
- PEREIRA, Rosemary F. S. **Movimentos de defesa dos Direitos da Criança e do adolescente: do alternativo ao alternativo.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1998. (mimeo)
- PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (orgs). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Editora, 1995.
- PINHEIRO, Luciana de A. **A civilização do Brasil através da infância: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do Império**

- (1879-1889). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2003.
- PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeus, interamericano e africano.** São Paulo: Saraiva, 2006.
- RENAUT, Alain. **A libertação das crianças: a era da criança cidadão.** Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil.** 2ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008.
- ROSEMBERG, Fulvia. **Crianças e adolescentes na sociedade brasileira e a Constituição de 1988.** Trabalho apresentado na Reunião Anual da ANPOCS. Caxambu, 2008. (mimeo)
- ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmen Lúcia Sussel. **A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança: Debates e Tensões.** In: Cadernos de Pesquisa, v.40, n.141, set./dez. 2010.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. **Geração e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância.** In: Educação & Sociologia, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 361-378, Maio/Ago. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.
- SARMENTO, Manuel Jacinto; FERNANDES, Natália e TOMÁS, Catarina. **Políticas Públicas e Participação Infantil.** In: Educação, Sociedade & Culturas, nº 25, 2007.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. **Estudos da Infância: educação e práticas sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- SCHUCH, Patrice. **Práticas de Justiça: uma Etnografia do “Campo de Atenção ao Adolescente Infrator” no Rio Grande do Sul depois do Estatuto da Criança e do Adolescente.** Tese de doutorado em Antropologia Social. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2005. (mimeo).
- SCHUCH, Patrice. **O mundo infanto-juvenil e as relações de gênero: olhares ampliados.** ST. 8 Anais VII Seminário Fazendo Gênero, 2006.
- SOUZA, Valéria F. M.. **As faces da menicidade: uma leitura do 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância – 1922 e do Código dos Menores – 1927.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, setembro de 1998.
- YASBEK, Maria Carmelita. **O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras.** In: São Paulo em Perspectiva, v. 18(2), 2004.

IMPORTÂNCIA DO MONITORAMENTO PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA INFÂNCIA



Com a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, estabelece neste momento procedimentos, limites, normas e diretrizes como forma de proteção da criança e adolescente no Brasil. Um avanço, ao se observar que apenas um ano antes foi instituída a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança pela ONU, visto que em 1988, no Brasil, se promulga a Constituição Brasileira, a qual entre outros apresenta sólidos avanços sociais, no que tange os direitos do cidadão brasileiro. Ao estabelecer este marco importante para a sociedade brasileira, faz-se necessário o acompanhamento deste Estatuto, para assim quantificarmos e qualificarmos os avanços na perspectiva do fortalecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos.

Em consonância aos marcos regulatórios citados acima, iniciamos o processo de construção e sistematização do aparelho de indicadores como forma de estabelecer ferramentas que contribuam para o acompanhamento de políticas públicas voltadas para a criança e o adolescentes, na perspectiva de dimensionar as transformações ocorridas a partir destas ações, e acompanhar o desenvolvimento de políticas públicas que garantam tais direitos, dar visibilidade a temas que outrora não estejam incluídos nas principais pautas e agendas dos tomadores de decisão e fortaleça o controle social, contribuindo assim para a consolidação dos Direitos da Criança e adolescente no Brasil.

No Brasil, o histórico de monitoramento de indicadores se inicia nos anos 20 e 30, com o início do planejamento do setor público; dada a esta nova fase, se faz necessário estabelecer as ações voltadas para as metas acordadas, como saber se estas estão sendo cumpridas ou foram alcançadas. Neste momento, apresenta-se a necessidade de um monitoramento para o acompanhamento da efetividade do planejamento traçado.

O conhecido Plano de Metas instituído por Juscelino Kubitschek, em seu governo de 56 a 61, estabeleceu 31 metas, basicamente elaboradas como forma de modernização do país; este passa a ser um governo de planejamento, e com ele surge à necessidade de se monitorar estas metas. Neste momento, se percebe a importância de avaliar o processo pelo qual vão se alcançando os objetivos traçados e suas consequências.

notas

Em meados dos anos 60, este processo ganha “corpo científico” (Jannuzzi, 2006) - com ele se evidencia o conflito ideológico entre Crescimento Econômico e Bem Estar Social, pois se verifica que nem sempre os dois conceitos se complementam, ao contrário, eles se mostraram incompatíveis, dadas as condições de vida neste período de crescimento econômico e uma visível queda nas condições de bem estar do cidadão brasileiro. Diante disso, acaba por cair em descrédito o planejamento e acompanhamento das políticas públicas. Aliado a esse descrédito, o mundo vive o auge da crise do petróleo nos anos 70 e o clima de pessimismo acaba por afetar a iniciativa de implantação e acompanhamento de indicadores que dessem conta dos resultados esperados com o Planejamento Público.

Somente nos anos 80 se inicia novamente um movimento para a implantação de novas experiências de planejamento e acompanhamento de políticas públicas - Planejamento Local e Planejamento Participativo. Com isso, foi reintroduzido o conceito de indicadores de acompanhamento de políticas públicas. Neste período, as instituições passaram a desenvolver ações no sentido de buscar a eficiência e

efetividade das ações de governo, tornando-as mais transparentes.

Atualmente, o Brasil conta com inúmeros estudos e pesquisas realizadas por Universidades e institutos de pesquisa específicos, que geram dados acerca de situações de crianças e adolescentes no país, normalmente utilizadas, enquanto subsídios, na construção de planos, programas e projetos nacionais, estaduais e municipais. Porém, ainda estamos longe de tornar esta uma prática disseminada e acessível a todos e todas, inclusive às próprias crianças e adolescentes, bem como ter uma cultura instituída de utilização dos dados como subsídios na tomada de decisões na efetivação dos Direitos da Criança e adolescente. Considerando em nosso sistema de garantia de direitos o eixo de controle social, é possível destacar a grande contribuição que um sistema de monitoramento de direitos baseado em dados traria na qualificação da incidência da Sociedade Civil nos espaços instituídos.

A partir das ideias acima, apresentam-se elementos que integram um sistema de indicadores da infância e as ferramentas necessárias para a elaboração de cada um dos eixos e as relações que existem entre eles, como o modelo utilizado

no México pela REDIM para a construção do sistema de indicadores de direitos da infância. Este modelo apresenta elementos básicos para o sistema que tem o enfoque nos Direitos da Criança e do adolescente. Mas antes, se faz necessário apresentar algumas definições que serão utilizadas ao longo deste capítulo.

Considera-se indicador: a representação quantitativa (variável ou relação entre variáveis), verificável objetivamente, a partir da qual se registra, processa e apresenta a informação necessária para medir o avanço ou retrocesso em relação

a um determinado objetivo (já que o indicador se encontra no marco conceitual da associação causa-efeito e é possível observar no tempo). Mesmo que todos os indicadores se fundamentam em estatísticas, nem todas as estatísticas se traduzem em indicadores (REDIM, 2011).

Cabe salientar que existem *indicadores sociais*, como uma medida em geral quantitativa, dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programática (para formulação de

Processo de agregação de valor informacional no indicador



Fonte: Jannuzzi, 2006.

DADO

As estatísticas públicas correspondem ao dado social na sua forma bruta, não inteiramente contextualizada em uma teoria social ou uma finalidade programática, só parcialmente preparada para o uso na interpretação empírica da realidade. Os eventos vitais, por exemplo, dados administrativos apresentados pelo Censo escolar – número de alunos ou professores, são dados ainda em um estágio preliminar de análise para utilização futura na construção do indicador.

INDICADOR

A partir dos dados levantados e tomando por base uma teoria social, constrói-se o indicador, permitindo assim a leitura contextualizada e comparativa da realidade social, como por exemplo, a taxa de evasão escolar ou razão aluno/professor.

INDICADOR DE DIREITOS HUMANOS

Avalia as condições de vida e grau de liberdade das pessoas, bem como o grau de compromisso dos atores em criarem mecanismos que garantam este direito;

Foco no desempenho humano, prestando atenção especial às políticas e práticas administrativas e jurídicas de conduta dos funcionários públicos;

Apresenta dados desagregados, tais como gênero, etnia, raça, religião, nacionalidade, nascimento e outros.

Fonte: Redim, 2011.

políticas), *Indicadores de Direitos Humanos* que buscam oferecer informações concretas sobre questões relacionadas à situação dos direitos humanos, que abranjam reflexões e preocupações e que possam ser utilizados na avaliação e acompanhamento da promoção e defesa destes direitos e *Indicadores com enfoque nos Direitos da Criança e do Adolescente*, que buscam da mesma forma dar visibilidade à situação da infância como ideia central.

Um sistema de informações com enfoque nos direitos da infância deve orientar-se em promover mudanças nas políticas adotadas, fatores legais e culturais que determinam a sua violação sistemática (REDIM, 2005).

Não se deve confundir indicador de direito com indicador de desenvolvimento humano, pois entre eles existem eixos que não só os diferenciam como também limitam seu potencial frente ao processo de incidência.

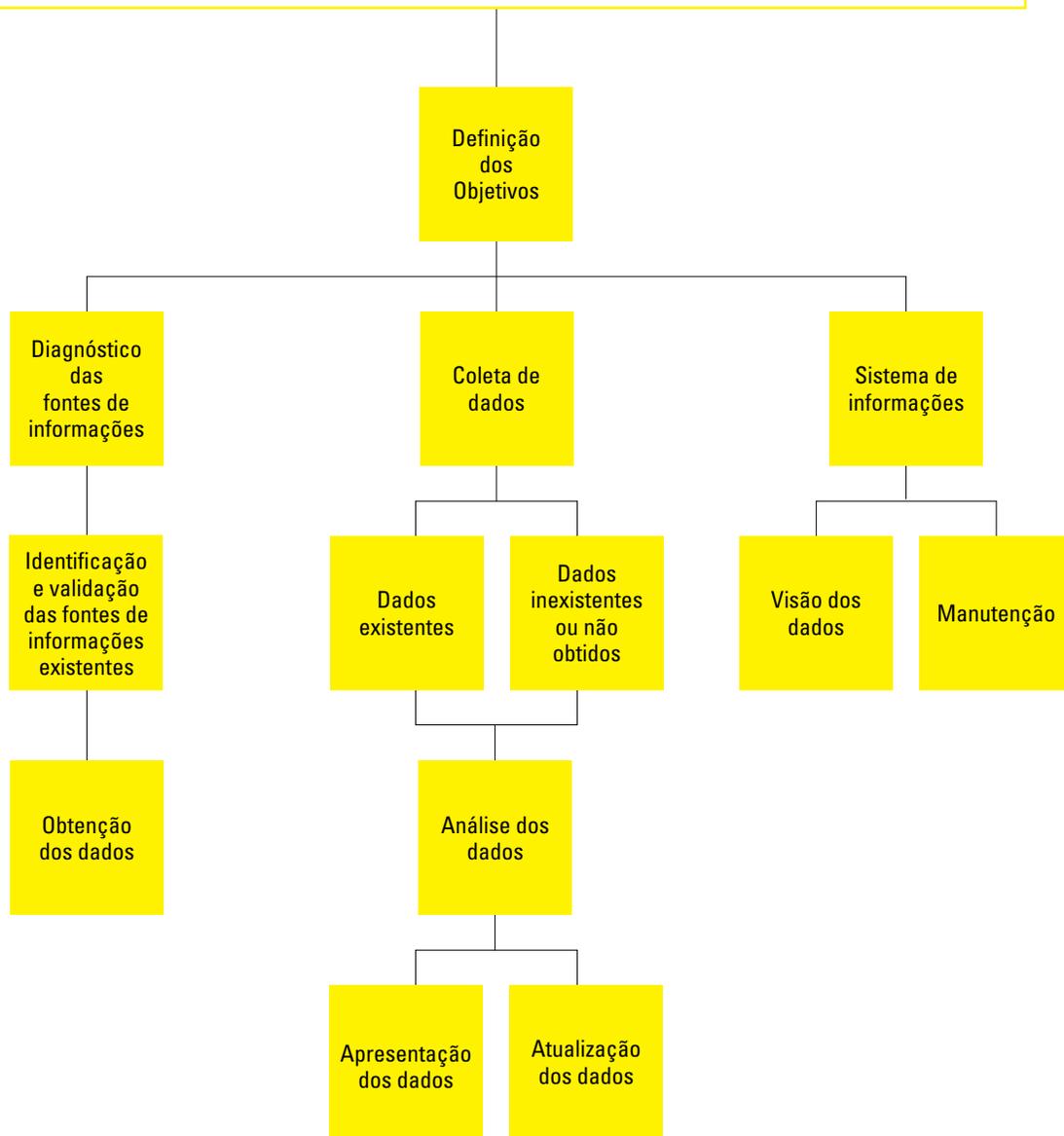
Para a construção de um sistema de indicadores da infância, é necessária uma séria de decisões metodológicas, agrupadas a seguir como sugere Jannuzzi:

- a. A primeira etapa corresponde à definição operacional

do conceito abstrato ou temático a que refere o sistema em questão, elaborada a partir do interesse teórico ou programático referido;

- b. A partir dessa noção preliminar do conceito ou temática a que se refere o sistema de indicadores, passa-se a especificação das suas dimensões, das diferentes formas de interpretação ou abordagem do mesmo, tornando-o, de fato, um objeto específico, claro e passível de ser indicado de forma quantitativa;
- c. Definidas as dimensões a investigar, a etapa seguinte consiste na obtenção das estatísticas públicas pertinentes, provenientes de censos demográficos, pesquisas amostrais, cadastros públicos, entre outros; Por fim, por meio da combinação orientada das estatísticas disponíveis computam-se os indicadores, compondo um Sistema de Indicadores Sociais, que traduz em termos mais tangíveis o conceito abstrato inicialmente idealizado.

MODELO METODOLÓGICO PARA A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE INDICADORES



propósitos diversos. Vale salientar que não se deve perder de foco que os indicadores que são delimitados se baseiam sob a ótica dos Direitos da Criança e do adolescente, e que será a ferramenta que irá acompanhar e avaliar a extensão em que o Estado está cumprindo ou não às obrigações firmadas no Estatuto e Convenção dos Direitos da Criança – ONU.

Nesta etapa, deve-se selecionar os indicadores com enfoque nos direitos da infância; desta forma, apresentar-se-á um cenário real dos Direitos da Infância, evidenciando os que são realizados e os que ainda não estão efetivados, sugerindo possíveis violações.

Trata-se de trabalhar com os dados que se tem para visualizar o que não se tem e o que não se vê a partir dos dados simples - direcionar as informações na perspectiva do direito da infância, neste sentido, sugere que a construção dos indicadores descansa sobre estes critérios básicos citados acima.

No Brasil, diferente de outros países da América Latina, as estatísticas sociais, econômicas e demográficas são produzidas, compiladas e disseminadas por diversas instituições de âmbito federal ou estadual. Por meio de uma rede distribuída em todo o território na-

cional, com delegacias estaduais e agências municipais, o IBGE é responsável pela coordenação do sistema de produção e disseminação de estatísticas públicas, como produtor de dados primários, compilador de informações proveniente de Ministérios e como agente disseminador de estatísticas. As agências estaduais de estatísticas também compilam dados administrativos produzidos pelas Secretarias de Estado, e, em alguns casos, também produzem dados primários provenientes de pesquisas amostrais. Alguns Ministérios e Secretarias estaduais também possuem órgãos encarregados da produção ou organização de seus dados administrativos. Assim, IBGE, Agências Estaduais de Estatísticas e Ministérios e Secretarias integram, pois, o Sistema de Produção e disseminação de Estatística Pública no Brasil (Jannuzzi, 2006).

Os indicadores são apresentados por áreas como saúde, educação, entre outros, e áreas geográficas, urbano e rural em esfera municipal, estadual e federal.

Ainda em relação a fontes de informação, a ordem adequada dos dados é uma etapa importante do processo de definição. Deve-se gerar uma base de dados com fichas técnicas que classifiquem os

CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE INDICADORES

1. Deve-se estabelecer um marco conceitual de associação causa x efeito;
2. Não tratar a resposta como geral: somente estabelecer prioridade a informação;
3. Observar o indicador no tempo;
4. Deve ser uma fonte confiável;
5. Deve ser de impacto;
6. Deve ser compreensível;
7. Deve estar disponível por região/estado/município.

notas

O estudo sobre o monitoramento e a evolução do estado da infância revelará os avanços e limitantes do desenvolvimento do sistema de informação; o uso dos dados vai além de uma simples vontade política, trata-se de fornecer instrumentos para gerar uma mudança sobre a situação dos Direitos da Criança e do adolescente. Por isso, a identificação das fontes de informação é a justificativa do sistema em construção. Neste contexto, diversas experiências têm mostrado que ainda se faz necessário superar desafios na utilização de dados, tais como:

- Ampliar o uso de dados como base para a incidência nas políticas públicas;
- Primordial a participação da criança e do adolescente como gerador dos dados e construtores de indicadores, a partir de metodologias participativas, onde se reconhece a criança como ator social;
- Demandar maior informação desagregada, em tempo real, para uma visão mais detalhada sobre a situação dos Direitos da Criança e adolescente;
- Aproveitar de forma conjunta (no âmbito regional e internacional) a utilização dos dados oficiais;
- Aproveitar possibilidades disponíveis dentre as novas tecnologias da informação e comunicação que disponibilizam banco de dados e análises já realizadas por pesquisadores e técnicos do poder público, oferecendo informações comparativas;
- Investir na infância é uma questão que requer uma análise mais aprofundada sobre as políticas públicas, para orientar ações que garantam o direito da criança e adolescente;
- Realizar um estudo e investigação em matéria de estatística específica sobre o direito da criança e adolescente.

Fonte: REDIM, 2011.

cia com confiabilidade e transparência, podendo converter-se em uma ferramenta de controle social, que venha a incidir sobre as ações do poder público e transformações na sociedade.

Portanto, a continuação será a apresentação dos indicadores como principais elementos que integram o sistema de indicadores. A ordem do mesmo não tem um formato específico para a consolidação do sistema; dependerão do objetivo definido anteriormente para a utilização do indicador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Capítulo 2

JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil**. Campinas, Alínea, 2006.

REDIM, Red por los Derechos de La Infancia em México. Cuentame, Cuentanos, Contemos: **Guia metodológico para La construcción de um sistema de indicadores sobre infância**. México: REDIM, 2011.

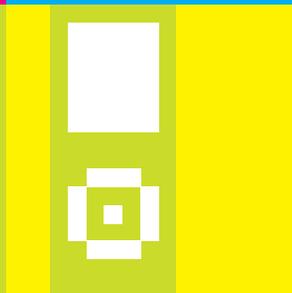
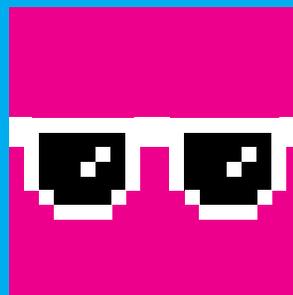
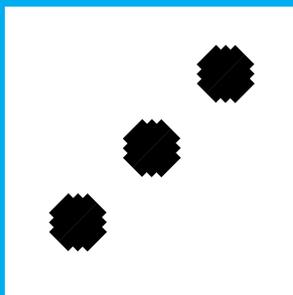
REDIM, Red por los Derechos de La Infancia em México. **Lá Violencia contra niños, niñas y adolescentes em México. Miradas regionales, ensayo temático de La infância cuenta em México**. México, REDIM, 2010.

REDIM, Red por los Derechos de La Infancia em México. **Cuenta La infância em México? Diagnóstico sobre las fuentes de información de La infância y SUS Drechos em México**. México, 2005.

FNDCA, Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **CADÊ? Criança, Adolescente em Dados e Estatísticas**. Brasil, 2010.

CDIA-OBSERVA, Coordinadora por los Derechos de la Infancia y la Adolescencia. **La Infancia Cuenta Paraguay, Sistema de indicadores em niñez y adolescência. Libro de dados**. Asuncion: CDIA, 2011.

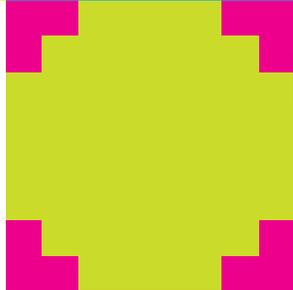
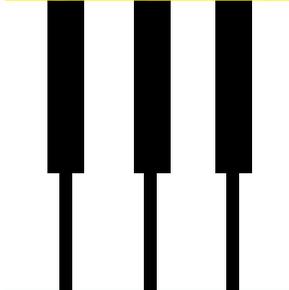
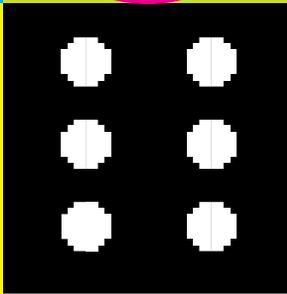
LEVANTAMENTO DE FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE A INFÂNCIA



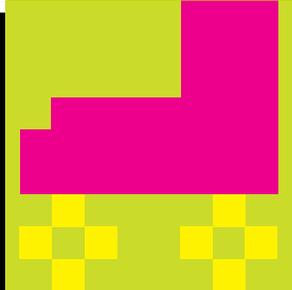
30%

+

5



12



Ao se propor o monitoramento dos Direitos da Criança e do adolescente baseado em dados, é necessário, a priori, o levantamento das fontes de dados de pesquisa realizadas e selecionar quais indicadores estão relacionados à criança e ao adolescente, sob a ótica do marco conceitual.

Neste capítulo, serão apresentadas e descritas instituições que realizam pesquisa e/ou levantamento de dados, bem como a descrição detalhada de cada informação levantada.

Cabe ressaltar que os indicadores apresentados serão considerados a partir de sua referência direta ou indireta a uma relação com a criança e o adolescente, ou seja, na perspectiva do direito, conforme abordado no primeiro capítulo.

Para facilitar ao leitor, ao final do capítulo estarão dispostos os dados levantados, na forma de quadro resumo por área de atuação, periodicidade, abrangência geográfica, instituto de pesquisa, fonte e forma de acesso.

Fontes de Estatísticas Oficiais

Antes de realizar qualquer tipo de pesquisa ou análise, é preciso definir os parâmetros que irão orientá-los, visando garantir a precisão e a seriedade do trabalho. Por esse motivo, para implementar a análise e o monitoramento sobre a situação dos direitos das crianças e adolescentes, é preciso estar bem definido, por exemplo, o local onde as informações serão coletadas (fonte).

Contudo, no círculo de pesquisadores e de estatísticos, de acordo com a metodologia utilizada na realização de uma pesquisa, corre-se um grande risco – intencional ou não – de se distorcer os dados coletados e, assim, gerar informações equivocadas e tendenciosas a respeito do objeto em análise. Não se quer dizer contudo, que o olhar sobre os dados de realidade possam prescindir da influência da visão do

pesquisador sobre essa realidade.

Por esse motivo, buscando o máximo possível de fidelidade na representação da realidade em que crianças e adolescentes brasileiros estão inseridos, definiu-se que seriam consideradas **fontes estatísticas oficiais**³¹, ou seja, aquelas com informações estatísticas divulgadas através do **sistema estatístico nacional**³². O sistema estatístico nacional, por sua vez, é um conjunto de unidades e organizações estatísticas de um país, que coletam, processam e disseminam estatísticas oficiais em nome do Governo Nacional.

Além das fontes oficiais, serão contemplados núcleos de pesquisas e observatórios, que serão devidamente explicados nas próximas páginas, pois realizam pesquisas e estudos relevantes sobre crianças e adolescentes.

31 Fonte: Glossary Of Statistical Terms da OECD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

32 Fonte: Glossary Of Statistical Terms da OECD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

1. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma instituição da administração pública federal, subordinado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que possui quatro diretorias e dois outros órgãos centrais. As informações fornecidas pelo IBGE são sociodemográficas, as quais são organizadas em grupos temáticos.

Durante o período imperial, o único órgão com atividades exclusivamente estatísticas era a Diretoria Geral de Estatística, criada em 1871. Com o início da República, o governo precisou ampliar essas atividades, principalmente depois da implantação do registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos.

Com o passar do tempo, o órgão responsável pelas estatísticas no Brasil mudou de nome e de funções algumas vezes até 1934, quando foi extinto o Departamento Nacional de Estatística, cujas funções passaram aos ministérios competentes.

A carência de um órgão capacitado a articular e coordenar as pesquisas estatísticas, unificando a ação dos serviços especializados em funcionamento no País, favoreceu a criação, em 1934, do Instituto Nacional de Estatística - INE, que iniciou suas atividades em 29 de maio de 1936. No ano seguinte, foi instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao INE, que passou a se chamar, então, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Atuação e Objetivo

O IBGE identifica e analisa o território, conta a população, mostra como a economia evolui através do trabalho e da produção das pessoas, revelando ainda como elas vivem. Suas principais funções são:

- Produção e análise de informações estatísticas;

- Coordenação e consolidação das informações estatísticas;
- Produção e análise de informações geográficas;
- Coordenação e consolidação das informações geográficas;
- Estruturação e implantação de um sistema de informações ambientais;
- Documentação e disseminação de informações;
- Coordenação dos sistemas estatísticos e cartográficos nacionais.

Com esse trabalho, serão fornecidos dados e informações do país que atendam às necessidades dos diversos segmentos da Sociedade Civil, além dos órgãos gover-

namentais federal, estadual e municipal. No entanto, para reduzir a concentração de dados e análises, o IBGE utiliza informações de outros órgãos que também atuam com coleta de informação.

Como neste trabalho o foco é a criança e o adolescente, as pesquisas do IBGE analisadas foram aquelas que apresentam informações sobre essa população específica. Na sequência, segue a descrição dessas pesquisas:

como acessar

Telefone/Fax: 0800-721-8181

E-mail: ibge@ibge.gov.br

Site: <http://www.ibge.gov.br/home/>



notas

1.1 CENSO DEMOGRÁFICO

Atuação e Objetivo

O Censo Demográfico tem como principal objetivo contabilizar os indivíduos do território nacional e identificar características dessa população, produzindo informações relevantes que auxiliam no desenvolvimento de políticas públicas e investimentos de iniciativas privadas.

Metodologia de Pesquisa

A coleta de dados do Censo Demográfico é realizada por meio de entrevista presencial, aplicando-se o questionário as pessoas residentes em todo o território nacional.

Os quesitos no questionário do Censo Demográfico de 1940 foram combinados entre si de maneira a fornecer o máximo de informações relevantes. Entre as inúmeras combinações, foram selecionadas aquelas que mais interessavam aos fins do recenseamento no âmbito nacional e às exigências de comparabilidade dos resultados no campo internacional. Já o questionário do Censo Demográfico de 1950 sofreu considerável redução de quesitos comparando com os de 1940 - passaram de 45 para 25.

A partir do Censo de 1960, foi adotado um modelo de amostragem probabilística que vem se mantendo para os demais censos, no qual utiliza-se dois tipos de questionários: de amostra e básico (não amostra). Esse modelo utiliza uma amostra estratificada, considerando como estrato o setor censitário. A seleção de domicílios é feita de forma sistemática e independente em cada setor e com equiprobabilidade.

Nos Censos de 1960, 1970 e 1980, o questionário da amostra foi aplicado em 25% dos domicílios particulares e pessoas neles residentes, e 25% das famílias ou pessoas só residentes em domicílios coletivos.

Para os Censos de 1991 e 2000, após estudos realizados por especialistas em amostragem, foram adotadas frações amostrais diferenciadas, de acordo com o tamanho da população do município. Assim, os municípios com até 15.000 habitantes tiveram 20% de seus domicílios investigados pelo questionário da amostra e nos municípios com mais de 15.000 habitantes, a fração amostral foi de 10%.

Diferente de censos anteriores, a amostra do Censo 2010 teve 5 fra-



notas

Indicadores

População Recenseada

População recenseada por situação de domicílio, sexo, forma de declaração da idade, idade e relação com a pessoa responsável pelo domicílio.

como acessar

<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/default.asp?o=21&i=P>

1.3 ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL (RC)

Atuação e Objetivo

Estatísticas do registro civil compõem um conjunto de informações relacionadas à eventos vitais (registros de nascimentos, óbitos, óbitos fetais), casamentos, separações e divórcios.

Seu principal foco é fornecer informações que contribuam nos estudos demográficos regionais e locais do país tais como fecundidade, nupcialidade, mortalidade e contribuir no aprimoramento dos programas governamentais nas áreas: escolar, previdenciária, econômica, social e saúde pública.

Metodologia de Pesquisa

A coleta dos dados dos registros administrativos de nascimentos, casamentos, óbitos, óbitos fetais, separações e divórcios é feita junto aos cartórios, tabelionatos e varas de família contidos no cadastro da pesquisa. Esta coleta é realizada pelas Agências do IBGE, as quais são responsáveis pela atualização do cadastro de informantes e a distribuição dos formulários ou das senhas para acesso à página web, pelos quais são enviados os dados da pesquisa.

Os cartórios do registro civil têm, por lei, 08 dias para enviar os dados dos registros efetuados no trimestre anterior ao IBGE e as agências têm 120 dias para proce-



notas

1.4 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Atuação e Objetivo

Os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável são um conjunto de indicadores em que se busca analisar o “Desenvolvimento Sustentável”, consagrado em 1987 pela Comissão de Brundtland, e publicado em Português com o título Nosso Futuro Comum em 1988. Desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras; é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

O objetivo dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável é acompanhar a sustentabilidade do padrão de desenvolvimento do país.

Metodologia de Pesquisa

As informações utilizadas para montar os indicadores que se referem ao desenvolvimento são coletadas de fontes oficiais (IBGE, o Instituto

Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, a Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil – BEMFAM e o Ministério da Saúde) realizando uma análise comparativa.

Periodicidade

As informações que compõem os indicadores são atualizadas anualmente.

Abrangência

Todo território nacional.

Indicadores

SAÚDE

Imunização contra doenças infecciosas infantis

Fonte: As informações utilizadas foram produzidas pelo Ministério da Saúde, através da Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica, Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunização.
Abrangência: Brasil.

Prevalência de desnutrição total

Fonte: As informações são produzi-

notas

das pelo IBGE, oriundas da Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição – PNSN (convênio com o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN, em colaboração com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, em 1989), do Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF 1975, e da Pesquisa de Orçamentos familiares - POF 2003. Outra fonte de informação é a Sociedade Civil Bem-

-Estar Familiar no Brasil - BEMFAM, através da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde – PNDS.

Abrangência: Brasil.

Taxa de mortalidade infantil

Fonte natural: Registro Civil.

Fontes secundárias: Censos demográficos e pesquisas por amostragem.

Abrangência: Brasil, grandes regiões, Unidades da Federação.

EDUCAÇÃO

Taxa de escolarização das pessoas de 7-14 anos, por cor ou raça:

Fonte: Informações geradas pelo IBGE através do PNAD

Periodicidade: Anual

Abrangência: Brasil.

Taxa de escolarização das pessoas de 7-14 anos, por sexo:

Fonte: Informações geradas pelo IBGE através do PNAD

Periodicidade: Anual

Abrangência: Brasil.

Taxa de escolarização das pessoas de 7-14 anos, por sexo e por cor ou raça:

Fonte: Informações geradas pelo IBGE através do PNAD.

Periodicidade: Anual

Abrangência: Brasil, grandes regiões e Unidades da Federação.

Taxa de escolarização de 5-24 anos por grupos de idade:

Fonte: Informações geradas pelo IBGE através do PNAD.

Periodicidade: Anual

Abrangência: Brasil, grandes regiões e Unidades da Federação.

como acessar

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ids/default.asp>

notas

1.5 PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS (Munic)

Atuação e Objetivo

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) é realizada periodicamente levantando informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial das prefeituras. Atua também com as políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade.

Tem como objetivo concentrar as informações sobre a administração pública local para contribuir no planejamento e aprimoramento da gestão dos municípios.

Metodologia de pesquisa

A unidade de investigação da Munic é o município, sendo o informante principal a prefeitura, por meio dos diversos setores que a compõe. As instituições ligadas a outros poderes públicos locais ou instaladas localmente constituem-se em unidades secundárias de informação. Assim, as informações coletadas em cada município são resultado de entrevistas com os gestores, posicionados nos diver-

sos setores e/ou instituições investigadas, que detêm informações sobre os órgãos públicos e demais equipamentos municipais.

A coleta dos dados é realizada após treinamento centralizado, onde se fazem presentes supervisores regionais e técnicos de todas as Unidades Estaduais. Posteriormente, estes serão responsáveis pelo treinamento dos técnicos das mais de 500 agências do IBGE no País.

Para possibilitar o preenchimento dos questionários pelos diversos setores das prefeituras, cada instrumento de coleta contém, dispostos junto aos quesitos relativos, as explicações dos termos e conceitos utilizados. As informações apresentadas no MUNIC, de forma geral, não são quantitativas, resumem-se em “sim”, “não” e “não se aplica”.

Um importante aspecto a ser destacado quanto à metodologia interna do questionário refere-se ao formato de determinação do informante na prefeitura. Com o firme propósito de qualificá-lo,

notas

pessoal e profissionalmente, bem como ampliar seu comprometimento com a qualidade das respostas fornecidas, procede-se à sua identificação em cada um dos blocos temáticos específicos.

A entrada de dados é realizada de forma descentralizada pela supervisão da pesquisa na sede de cada unidade regional ou pelo técnico responsável pela coleta nas próprias agências. A crítica de consistência dos dados coletados é feita em cada unidade estadual. O trabalho de apuração e consolidação das informações é de responsabilidade da Coordenação de População e Indicadores Sociais, elaborado por técnicos da Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

Periodicidade

Pesquisa realizada anualmente.

Abrangência

Os dados são coletados em todos os municípios do Território Nacional.

Indicadores

- a. Direitos humanos;
- b. Educação;
- c. Política de gênero;
- d. Saúde;
- e. Segurança pública;
- f. Transporte.

como acessar

<http://www.ibge.gov.br/munic2009/>

notas

1.6 PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES (POF)

Atuação e Objetivo

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) tem a finalidade de coletar informações sobre as características de domicílios, famílias moradoras e principalmente seus respectivos orçamentos. Mensura a estrutura de gastos (despesas), recebimentos (receitas) e as poupanças da população analisada. Dessa forma, possibilita identificar o perfil e as condições de vida da população a partir dessa análise.

Metodologia de Pesquisa

A seleção da amostra adotada nas pesquisas utilizou um plano amostral conglomerado em dois estágios de seleção, com estratificação geográfica e estatística das unidades de primeiro estágio. Os setores correspondem às unidades do primeiro estágio de seleção e os domicílios particulares permanentes, às unidades do segundo estágio.

Para garantir a distribuição de todos os estratos geográficos e sócio-econômicos durante os doze meses, a POF foi dividida em 52 períodos de sete dias. Para cada domicílio selecionado, foram indica-

dos aleatoriamente, dentre esses períodos, dois consecutivos em que obrigatoriamente foi iniciada a coleta.

As informações da POF foram obtidas diretamente nos domicílios particulares permanentes selecionados, por meio de entrevistas realizadas pelas Equipes Regionais do IBGE, junto aos seus moradores, durante um período de nove dias consecutivos, por meio da aplicação de equipamentos eletrônicos sob a forma de entrevistas e de registros diários pelo informante.

Os procedimentos metodológicos adotados para o tratamento das informações coletadas na POF são: validação na entrada de dados, tratamento do efeito inflacionário sobre as informações de valores (deflacionamento ou inflacionamento), análise do valor das despesas e rendimentos, alocação das despesas informadas na forma agregada, tratamento da não resposta de valores de despesas e rendimentos, anualização dos valores de despesas e rendimentos e o tratamento das informações de quantidades adquiridas de alimentos.

notas

O Bloco de consumo alimentar pessoal (POF7) foi investigado em uma subamostra de domicílios selecionados, durante dois dias não consecutivos, para os moradores com 10 anos ou mais de idade, para o registro de todos os alimentos e bebidas consumidos dentro e fora do domicílio.

Periodicidade

É realizada eventualmente, através de amostragem probabilística.

Abrangência

A pesquisa abrange todo o Território Nacional nas áreas rurais e urbanas.

Indicadores

- a. Despesa monetária e não monetária média mensal e familiar;
- b. Distribuição da despesa monetária e não monetária média mensal e familiar;
- c. Mediana de altura;
- d. Mediana de peso;
- e. Número de famílias;
- f. População;
- g. Tamanho médio das famílias.

como acessar

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?ti=1&tf=99999&e=v&p=0F&z=t&o=23>



notas

1.7 PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (PME)

Atuação e Objetivo

A Pesquisa Mensal de Emprego é realizada com a finalidade de verificar as tendências do mercado de trabalho a curto e longo prazo. Assim, procura produzir indicadores sobre a força de trabalho das pessoas de 10 anos ou mais de idade – economicamente ativas ou não – em cada uma das regiões metropolitanas abrangidas nas pesquisas e que permitam avaliar as flutuações e as tendências a médio e longo prazo do mercado de trabalho metropolitano.

Metodologia de Pesquisa

Pesquisa mensal realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios, estruturada de forma a garantir a representatividade dos resultados para cada região metropolitana investigada. Contempla um plano de rotação das unidades domiciliares a fim de evitar o cansaço dos informantes. No plano adotado, um determinado domicílio permanece na amostra durante quatro meses consecutivos, é retirado da amostra durante o intervalo de 08 meses seguintes e retorna por mais quatro meses.

Plano amostral: a pesquisa uti-

liza uma amostra probabilística de domicílios, estratificada e conglomerada em dois estágios, para cada região metropolitana de abrangência da pesquisa.

Dentro de cada município ou pseudomunicípio é feita a seleção das unidades primárias de amostragem (UPAs) e, posteriormente, das unidades secundárias de amostragem (USAs). As unidades primárias de amostragem são os setores censitários, enquanto as unidades secundárias de amostragem são as unidades domiciliares.

Na seleção das unidades primárias e secundárias de amostragem da pesquisa revisada, implantada em 2001, foram adotadas a divisão territorial e a malha setorial vigentes em 1º de agosto de 2000, utilizadas para a realização do Censo Demográfico 2000 e foi mantida em 2010.

A pesquisa possui, a priori, aspectos de um plano amostral autoponderado dentro de cada região metropolitana. Isto implica que, em função do crescimento ou decréscimo natural do setor, verificado a cada realização da listagem, a quantidade de unidades domiciliares a serem selecionadas

pode aumentar ou diminuir.

Operação de Listagem: a operação de listagem é realizada para possibilitar a seleção das unidades domiciliares. Caracteriza-se pela construção de um cadastro atualizado que permite localizar, identificar e quantificar as unidades domiciliares existentes nos setores selecionados para a amostra. Para identificar a unidade domiciliar, são coletadas variáveis de identificação, tais como: endereço, nome do morador e espécie do domicílio.

Teoricamente, um setor selecionado para a pesquisa no início da década permanece na amostra por toda a década. Entretanto, podem ocorrer substituições em função de:

- Esgotamento de unidades domiciliares para seleção;
- Em caso de áreas de alta periculosidade;
- Extinção da maioria das unidades domiciliares em função de inundações etc.

A substituição de um setor por outro é feita com características semelhantes. As substituições implicam na realização da operação de lista-

gem dos novos setores selecionados.

Dimensão da amostra: A fração amostral divide o total de unidades domiciliares pelo número desejado de unidades domiciliares na amostra e, fixando em 16 o número de unidades domiciliares a serem selecionadas em cada setor censitário, chegou-se ao número de setores na amostra.

Periodicidade

Pesquisa realizada mensalmente.

Abrangência

A pesquisa é realizada por meio de uma amostragem probabilística nas regiões metropolitanas do Recife, de Salvador, de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Porto Alegre.

Indicadores³³

- a. População desocupada (PD);
- b. População economicamente ativa (PEA);
- c. População em idade ativa (PIA);
- d. População não economicamente ativa (PNEA);
- e. População ocupada (PO).

33 Cabe ressaltar que, apesar de entrar em conflito com a Constituição Federal (BRASIL. Constituição (1988), Emenda constitucional nº20, de 15 de dezembro de 1998.) e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), o IBGE considera pessoas de 10 anos ou mais como economicamente ativas. Segundo o Instituto, mesmo não estando conforme a lei, esses dados existem e é a função deles mostrar essa realidade.

como acessar

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pme/default.asp?o=18&i=P>



notas

1.8 PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE DO ESCOLAR (PeNSE)

Atuação e Objetivo

Criado a partir da implantação do Sistema Nacional de Monitoramento da Saúde do Escolar, a PeNSE é um dos instrumentos que visam fornecer informações – como conhecer a magnitude dos fatores de risco e proteção à saúde e analisar intervenções – aos gestores e, dessa forma, contribuir para o monitoramento da saúde do escolar. Esta pesquisa foi realizada no ano de 2009.

Metodologia de Pesquisa

A PeNSE foi realizada por uma amostra probabilística de escolares cursando o 9º ano do Ensino Fundamental, em escolas públicas ou privadas. Os escolares foram selecionados a partir de um plano com amostragem de conglomerados em dois estágios, onde as Unidades Primárias de Amostragem (UPAs) foram as escolas e as Unidades Secundárias de Amostragem (USAs) foram as turmas de 9º ano das escolas selecionadas. A amostra de alunos foi formada, portanto, por todos os alunos das turmas USAs selecionadas na amostra de escolas UPAs.

As escolas UPAs foram estratificadas, inicialmente, levando-se em conta sua localização geográfica e dependência administrativa, de tal modo que cada estrato geográfico correspondeu a um domínio de interesse para a divulgação de resultados da pesquisa.

O tamanho da amostra foi calculado para fornecer estimativas de proporções (ou prevalências) de algumas características de interesse, em cada um dos estratos geográficos, com um erro máximo de 0,03 em valor absoluto ao nível de confiança de 95%.

O cadastro de seleção da amostra foi composto pelas escolas listadas pelo Censo Escolar de 2007, do Ministério da Educação. Dos 63411 estudantes presentes na data da pesquisa nas turmas selecionadas, 501 se negaram a participar, restando 62910 que efetivamente preencheram o questionário. Para a tabulação dos resultados apresentados, decidiu-se utilizar apenas as informações dos alunos que concordaram em participar da pesquisa e que responderam à variável sexo, totalizando 60973 alunos.

notas

Indicadores

A pesquisa foi realizada utilizando o microcomputador de mão, Personal Digital Assistant (PDA), no qual foram inseridos os questionários. Um deles respondido pelos escolares e outro, por diretores ou responsáveis pela administração das unidades escolares.

Além desses, foram utilizados estadiômetro (equipamento de medição de altura) e balança, para coleta das medidas antropométricas.

Periodicidade

É realizada eventualmente. Até então foi realizada no ano de 2009.

Abrangência

A pesquisa é realizada por meio de uma amostragem probabilística da população, abrangendo as capitais e o Distrito Federal.

- a. Alimentação;
- b. Características do estudante;
- c. Uso de álcool;
- d. Uso de cigarro;
- e. Uso de drogas;
- f. Vida sexual;
- g. Violência.

como acessar

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pense/default.asp?o=20&i=P>



notas

1.9 PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD)

Atuação e Objetivo

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD foi implantada no Brasil para ser um sistema de pesquisa e entender os diversos propósitos relativos às áreas demográficas, de saúde, consumo alimentar e nutrição, condições de habitação e equipamentos domésticos, educação e cultura, trabalho e nível econômico do domicílio.

Tem como função a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Metodologia de Pesquisa

A pesquisa é realizada em domicílios e as informações são prestadas por pessoa (moradora ou não moradora) considerada apta a prestar informação para o conjunto de moradores e pelo domicílio. O entrevistador é orientado a não aceitar como informante uma pessoa menor de 14 anos de idade.

O plano amostral utiliza amostragem de conglomerados, autoponderada, em três estágios (respectivamente municípios, setores

censitários e domicílios) com estratificação geográfica das unidades de primeiro estágio definida para cada Unidade da Federação.

Os municípios grandes em termos populacionais e aqueles pertencentes às regiões metropolitanas são tratados cada um como um estrato e, portanto, incluídos na amostra, sendo denominados auto-representativos. Os demais municípios pertencentes à mesma microrregião geográfica são agrupados em estratos com aproximadamente o mesmo tamanho, e denominados não auto-representativos. Nestes estratos os municípios são selecionados sistematicamente com probabilidade proporcional ao tamanho (ppt).

Os setores constituem as unidades de seleção no segundo estágio e são selecionados também de forma sistemática e com ppt, sendo que, nesse caso, o tamanho é medido pelo número de domicílios. Os setores são estratificados de acordo com a situação urbana e rural para os estados da região norte, exceto para Tocantins, para

notas

permitir comparar os indicadores das PNADs pós 2004 com as realizadas antes da inserção da área rural dos estados do norte. Nas demais regiões esta estratificação é apenas implícita, ou seja, há uma ordenação pela situação do setor antes da seleção sistemática.

Os municípios e os setores censitários são selecionados seguindo os parâmetros levantados pelo CENSO.

A fração de amostragem indica a proporção da população que constitui a amostra. Atualmente as frações variam desde 1/50 (área rural de Roraima) até 1/800 (São Paulo).

Como a seleção de domicílios em cada setor selecionado para a amostra é feita sistematicamente, para garantir a autoponderação da amostra, o intervalo de seleção de domicílios permanece fixo de ano para ano. Esse procedimento acarreta um aumento anual no número de domicílios na amostra, pois depende do número de domicílios atualizado do setor pela operação de listagem. Na PNAD 2008, foram selecionados aproximadamente 151.000 domicílios.

Na PNAD 2007, foi introduzido o uso do coletor PDA. Também na PNAD 2007, foi utilizado o sistema *Detección e Imputación Automática de errores para datos cualitativos - DIA*, que é um aplicativo computacional, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estadística - INE da Espanha, que tem o objetivo de facilitar a depuração de censos e grandes pesquisas estatísticas. Neste primeiro ano de utilização do aplicativo, foram executadas todas as etapas de crítica habitualmente aplicadas aos dados do questionário básico da PNAD e, em seguida, num processo de validação simultânea dos dados coletados e do novo procedimento, foram processadas a crítica e a imputação de dados categóricos a partir do DIA. Na PNAD 2008, utilizou-se somente o *Canadian Census Edit and Imputation System - CANCEIS*. Trata-se de um sistema generalizado de edição e imputação para processar as variáveis demográficas em computador. Começa a ser utilizada a partir do censo de 2001 no Canadá.



Periodicidade

É realizada anualmente.

Abrangência

Pesquisa realizada através de uma amostragem probabilística com abrangência geográfica de todo o Território Nacional.

Indicadores

- a. Dados gerais;
- b. Educação;
- c. Migração;
- d. Rendimento;
- e. Séries temporais de indicadores selecionados;
- f. Tecnologia da informação e comunicação;
- g. Trabalho.

como acessar

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/sintese_defaultpdf_serie.shtm

- Organizar e divulgar todos os dados de responsabilidade do DATASUS.

Metodologia de Pesquisa

Na Primeira Oficina de Trabalho Intergerencial (OTI) da Rede de Informações para a Saúde (RIPSA) em 1996, foi aprovado o Indicadores e Dados Básicos (IDB), levando em consideração discussões da Iniciativa Regional de Dados Básicos em Saúde, da Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS, das consultas técnicas a especialistas em informação em saúde no Brasil e do documento sobre Indicadores de Saúde da Comunidade, do Governo do Canadá³⁴. Os Indicadores e Dados Básicos têm como objetivo gerar indicadores para serem utilizados na produção de análises sobre a situação da saúde e suas tendências.

As fontes de dados utilizadas são:

- Ministério da Saúde;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- Ministério da Previdência Social.

Os critérios que levaram à construção da matriz desses indicadores são:

- Relevância na compreensão da saúde, suas causas e consequências;
- Validade para orientar decisões de política e apoiar o controle social;
- Identidade com processos de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Disponibilidade de fontes regulares.

Periodicidade

Visando a melhoria do sistema, o IDB é **atualizado a cada 1 ano**.

Abrangência

Os indicadores disponíveis podem ser analisados por grandes regiões, estados, Distrito Federal, regiões metropolitanas e capitais.

³⁴ Canada Health And Welfare. National Health Information Council: User's Guide to 40 Community Health Indicators. Lorraine Bernier (Coordinator) P.162, 1992.

Indicadores

notas

DEMOGRÁFICOS

- Grau de Urbanização;
- Mortalidade proporcional por idade em menores de 1 ano de idade;
- Mortalidade proporcional por idade;
- População total;
- Proporção de menores de 5 anos de idade na população;
- Razão de dependência;
- Razão de sexos;
- Taxa bruta de natalidade;
- Taxa de Crescimento da população;
- Taxa de fecundidade total;
- Taxa específica de fecundidade.

SOCIOECONÔMICOS

- Níveis de escolaridade;
- Taxa de analfabetismo;
- Taxa de desemprego;
- Taxa de trabalho infantil.
- Mortalidade
- Mortalidade por infecção respiratória aguda em menores de 5 anos de idade;
- Mortalidade proporcional por causas mal definidas;
- Mortalidade proporcional por doença diarreica aguda em menores de 5 anos de idade;
- Razão de mortalidade materna;
- Taxa de mortalidade em menores de 5 anos;
- Taxa de mortalidade específica por acidente de trabalho;
- Taxa de mortalidade específica por afecções originadas no período perinatal;
- Taxa de mortalidade específica por AIDS;
- Taxa de mortalidade específica por causas externas;
- Taxa de mortalidade específica por diabete melito;
- Taxa de mortalidade específica por doenças do aparelho circulatório;
- Taxa de mortalidade específica por doenças transmissíveis;
- Taxa de mortalidade específica por neoplasias malignas;
- Taxa de mortalidade infantil;
- Taxa de mortalidade neonatal precoce;
- Taxa de mortalidade neonatal tardia;
- Taxa de mortalidade perinatal;
- Taxa de mortalidade por cirrose hepática;
- Taxa de mortalidade pós-neonatal.



notas

MORBIDADE E FATORES DE RISCO

- Índice CPO-D (Número médio de dentes permanentes cariados, perdidos e obturados, aos 12 anos de idade);
- Índice de doenças transmissíveis (sarampo, difteria, coqueluche, tétano neonatal, Tétano [exceto neonatal], febre amarela, raiva humana, hepatite B, hepatite C, cólera, febre hemorrágica da dengue, sífilis congênita, Rubéola, Síndrome da rubéola congênita, doença meningocócica);
- Proporção de crianças de 5-6 anos de idade com índice ceo-d=0 (número de dentes decíduos cariados, com extração indicada e obturados);
- Proporção de internações hospitalares (SUS) por afecções originadas no período perinatal;
- Proporção de internações hospitalares (SUS) por causas externas;
- Proporção de internações hospitalares (SUS) por grupos de causas;
- Proporção de nascidos vivos de baixo peso ao nascer;
- Proporção de nascidos vivos por idade materna;
- Taxa de detecção de hanseíase;
- Taxa de incidência de acidentes do trabalho de trajeto;
- Taxa de incidência de acidentes do trabalho típicos;
- Taxa de incidência de doenças relacionadas ao trabalho;
- Taxa de incidência de doenças transmissíveis (AIDS, tuberculose [todas as formas], dengue, leishmaniose tegumentar americana, leishmaniose visceral);
- Taxa de prevalência de aleitamento materno exclusivo;
- Taxa de prevalência de aleitamento materno;
- Taxa de prevalência de atividade física insuficiente;
- Taxa de prevalência de consumo excessivo de álcool;
- Taxa de prevalência de déficit ponderal para a idade em crianças menores de 5 anos de idade;
- Taxa de prevalência de excesso de peso;
- Taxa de prevalência de fumantes regulares de cigarros;
- Taxa de prevalência de hanseíase;
- Taxa de prevalência de pacientes em diálise (SUS).

curso públicos, como merenda e transporte escolar, distribuição de livros e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, Dinheiro Direto na Escola e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Além disso, os resultados obtidos no Censo Escolar relacionados ao rendimento (aprovação e reprovação) e movimento (abandono) escolar dos alunos do ensino Fundamental e Médio, juntamente com outras avaliações do Inep (Saeb e Prova Brasil), são utilizados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, indicador que serve de referência para as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, do Ministério da Educação.

Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM: O ENEM é uma prova que tem como objetivo avaliar o desempenho do estudante ao término da educação básica. É utilizado como critério para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade Para Todos – ProUni. Além disso, muitas universidades já usam seu resultado como critério de seleção para ingresso no Ensino Superior, complementando ou substituindo

o vestibular. Todos que estão concluindo o Ensino Médio ou pessoas que já o concluíram em anos anteriores podem participar.

Abrangência

Todo território nacional.

Periodicidade

Sua realização é anual e bianual.

Indicadores

- Acesso e participação;
- Concluintes;
- Condições de oferta;
- Contexto sociodemográfico;
- Eficiência e Rendimento Escolar;
- Estabelecimentos de ensino;
- Indicadores Financeiros Educacionais;
- Indicadores Financeiros Internacionais;
- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
- Matrículas;
- Média de aluno por turma;
- Média de horas-aula diária;
- População Residente;
- Taxa de não resposta;
- Taxas de distorção idade-série;
- Taxas de rendimento.

como acessar

SRTVS, Quadra 701,
Bloco M, Edifício Sede
do Inep.
Brasília – DF
Telefone: 0800-616161
Site: <http://portal.inep.gov.br/>



notas

4. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Apresentação

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) é uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, cujas atividades fornecem apoio às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro.

Atuação e Objetivo

- Desenvolver e disseminar estudos e pesquisas aplicadas;
- Realizar estudos prospectivos aplicados;
- Subsidiar a elaboração de planos, políticas e programas governamentais;
- Acompanhar e avaliar os planos, políticas e programas governamentais;
- Assessorar processos decisórios de instituições governamentais;
- Realizar ações para a formação

de quadros na gestão pública;

- Cooperar com governos e entidades nacionais e internacionais no seu campo de atuação.

Metodologia de Pesquisa

Os dados apresentados no Ipea são, em sua maioria, coletados das pesquisas realizadas pelo IBGE. Os indicadores do Ipea são encontrados no IpeaDATA, banco de dados do Ipea, que, por sua vez, é subdividida em indicadores: Macroeconômico, Regional e Social, das quais, apenas Macroeconômico e Social apresentam indicadores diretamente relacionados às crianças e aos adolescentes. O Ipea sistematiza os dados e os apresenta de forma a facilitar a pesquisa, concentrando por indicador os dados de todos os períodos de pesquisa realizada pelo IBGE e outras instituições.

Periodicidade

A periodicidade das pesquisas de-



notas

5. Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia)

Apresentação

O Sistema de Informação Para a Infância e Adolescência – SIPIA é um sistema nacional de registro e tratamento de informações sobre a garantia e defesa dos direitos fundamentais que constam no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Os dados do SIPIA encontram-se a nível municipal, estadual e nacional e se constitui em uma base única nacional para formulação de políticas públicas no setor.

Atuação e Objetivo

- Operacionalizar na base a política de atendimento dos direitos, ou seja, possibilitar a mais objetiva e completa leitura possível da queixa ou situação da criança ou adolescente, por parte do Conselho Tutelar;
- Encaminhar a aplicação da medida mais adequada com vistas ao ressarcimento do direito violado para sanar a

situação em que se encontra a criança ou adolescente;

- Subsidiar as demais instâncias - Conselhos de Direitos e autoridades competentes – na formulação e gestão de políticas de atendimento.

Metodologia de Pesquisa

Toda vez que o Conselho Tutelar é acionado, o conselheiro que atende preenche um formulário discriminando a ocorrência. Após preenchê-lo, ele mesmo acessa o SIPIA e alimenta-o com os dados dessa ocorrência.

No SIPIA encontram-se 4 módulos com as seguintes características:

Módulo I: Monitoramento da situação de proteção à criança e ao adolescente sob a ótica da violação e ressarcimento de direitos. Nesse módulo, as informações estão divididas em 3 enfoques: Geográfico, Direito Violado e Agente Violador. Para a busca dos dados pode-se escolher o período de 01/01/1999 até

6. Instituto Sangari³⁵

Mapa da violência

Apresentação

O Mapa da Violência é um esforço entre o Ministério da Justiça do Brasil e o Instituto Sangari na tentativa de contribuir para a compreensão da violência que se instalou e vem se alastrando na sociedade brasileira.

Atuação e Objetivo

O mapa da violência tem como principal objetivo fornecer dados/informações sobre a forma como os jovens brasileiros morrem e, dessa forma, alertar, contribuir de forma corresponsável e construtiva com o enfrentamento da violência por parte da sociedade brasileira.

Metodologia de Pesquisa

Os dados apresentados no Mapa da Violência são coletados do Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM do Ministério da Saúde. Após serem trabalhados, apresenta-se um relatório relacionando os dados com questões vinculadas a violência.

Abrangência

Todo território nacional

Periodicidade

Os dados são divulgados anualmente.

Indicadores

HOMICÍDIO

- Crescimento percentual Anual do Número de Homicídios por Área Geográfica e Períodos. Brasil, 1980/2008;
- Evolução das Taxas de Homicídio Jovem (15 a 24 anos) e Não Jovem. Brasil, 1980/2008;
- Evolução das Taxas de Homicídio na População Total Segundo Área Geográfica. Brasil, 1998/2008;
- Evolução das taxas de homicídios (em 100 mil). Brasil, 1998/2008;
- Evolução do Número de Homicídios nas Capitais. Popu-

³⁵ O Mapa da Violência é considerado uma fonte oficial de informação devido à importância e à seriedade de sua pesquisa. Desde 2010, é utilizado como fonte de informações para subsidiar políticas públicas de enfrentamento à violência do Governo Federal.

- lação Total. Brasil, 1998/2008;
- Evolução do Número de Homicídios. Brasil, 1998/2008;
- Evolução dos Índices de Vitimização Juvenil (15 a 24 anos) por UF e Região. Brasil, 1998/2008;
- Homicídios na População de 15 a 24 anos por sexo e UF. Brasil, 2008;
- Homicídios na População Total por Sexo e UF. Brasil, 2008;
- Número de Homicídios na Faixa de 15 a 24 Anos por Capital e Região. Brasil, 1998/2008;
- Número de Homicídios na Faixa de 15 a 24 anos, por Região Metropolitana. Brasil, 1998/2008.
- Número de Homicídios na população de 15 a 24 anos por UF e Região. Brasil, 1998/2008;
- Número de Homicídios na População Jovem por Raça/Cor. Brasil, 2002/2008;
- Número de Homicídios na População Total por Capital e Região. Brasil, 1998/2008;
- Número de Homicídios na População Total por Raça/Cor. Brasil, 2002/2008;
- Número de Homicídios na população total por UF e Região. Brasil, 1998/2008;
- Número de Homicídios na População Total, por Região Metropolitana. Brasil, 1998/2008.
- Número de Homicídios por Idade Simples. Brasil, 2008;
- Número e Taxas (em 100 Mil) de Homicídio Juvenil nos Municípios com 10 Mil Jovens ou Mais. Brasil, 2006/2008.
- Número e Taxas (em 100 Mil) de Homicídio na População Total nos Municípios com 10 Mil Habitantes ou Mais. Brasil, 2006/2008;
- Número e Taxas de Homicídio por Idades Simples e Faixas Etárias. Brasil, 2008;
- Ordenamento das Capitais por Taxas de Homicídio (em 100 Mil) na População Total. 1998/2008;
- Ordenamento das Capitais por Taxas de Homicídio (em 100 Mil). 15 a 24 Anos de Idade. 1998/2008.
- Ordenamento das UF por taxas de Homicídio (em 100 mil). 15 a 24 anos de idade. 1998/2008;
- Ordenamento das UF segundo Taxas de Homicídio Branco e Negro (em 100 Mil) e Índice de Vitimização Negra. População Total. 2008;

notas



notas

- Ordenamento das UF segundo Taxas de Homicídio Branco e Negro (em 100 Mil) e Índice de Vitimização Negra. População Jovem. 2008;
- Ordenamento das UFF por taxas de Homicídio (em 100 mil) na população total. 1998/2008;
- Ordenamento dos países segundo Taxas de Homicídio Total e Jovem Ano: último disponível;
- Participação (percentual) das Capitais nos Homicídios Totais. Brasil, 1998/2008.
- Participação (percentual) dos Homicídios no Total de Óbitos Juvenis por Idade Simples, UF e Região. Brasil, 2008;
- Participação dos Homicídios juvenis no total de homicídios. Brasil, 1979/2008;
- Taxa de Homicídio (em 100 mil) na população total por UF e Região. Brasil, 1998/2008;
- Taxas de Homicídio (em 100 mil) na população de 15 a 24 anos por UF e Região. Brasil, 1998/2008;
- Taxas de Homicídio (em 100 Mil) na População de 15 a 24 anos, por Capital e Região. Brasil, 1998/2008
- Taxas de Homicídio (em 100 Mil) na População de 15 a 24 anos, por Região Metropolitana. Brasil, 1998/2008.
- Taxas de Homicídio (em 100 Mil) na População Total por Capital e Região. Brasil, 1998/2008;
- Taxas de Homicídio (em 100 Mil) na População Total, por Região Metropolitana. Brasil, 1998/2008
- Taxas de Homicídio e Índices de Vitimização por Raça/Cor na População Total. Brasil, 2002/2008;
- Taxas de Homicídio e Índices de Vitimização por Raça/Cor na População Jovem. Brasil, 2002/2008;
- Taxas de Homicídio Jovem (15 a 24 anos), Não Jovem e Índice de Vitimização Juvenil por Homicídio. Brasil, 1998/2008;
- Taxas de Homicídio Jovens Não Jovens e Índices de Vitimização. Brasil, 2008;
- Taxas de Homicídio por Área. 1980/2008.

[SANTA CATARINA]

No estado de Santa Catarina não existem instituições oficiais que realizam pesquisas. Assim, informações sobre crianças e adolescentes, quando há necessidade de obtê-las, são coletadas diretamente de Ministérios, IBGE ou outras fontes oficiais³⁶.

8. Fundação de Economia e Estatística (FEE)

[RIO GRANDE DO SUL]

Apresentação

A Fundação de Economia e Estatística (FEE) é uma instituição de pesquisa, vinculada à Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Instituída em 1973 (Lei n.6624 de 13/11/1973), tendo origem no antigo Departamento Estadual de Estatística (DEE).

Atuação e Objetivo

Atualmente é a maior fonte de dados estatísticos do Rio Grande do Sul. A equipe é multidisciplinar,

cujos profissionais realizam estudos, pesquisas e análises que são divulgados regularmente on-line e impressos. A FEE é responsável pela elaboração das séries estatísticas do Rio Grande do Sul, incluindo o Sistema de Contas Regionais, e pela realização de estudos e análises sobre a realidade socioeconômica gaúcha, o que subsidia o sistema de planejamento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul.

Metodologia de Pesquisa

Com relação às pesquisas de campo, a única realizada de forma sis-

³⁶ Informação fornecida pela Diretoria de Estatística e Cartografia da Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina.

notas

temática pela FEE é a PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego – em parceria com o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

Muitos estudos, pesquisas e análises realizadas pela Fundação são de dados de fontes oficiais, como IBGE, Secretaria da Educação, Secretaria de Saúde, entre outros. A partir desses dados, é realizado todo um trabalho estatístico, segundo a literatura clássica estatística, para se obter as informações necessárias deles.

No site da FEE é possível encontrar o banco de dados FEEDADOS que reúne informações socioeconômicas referentes ao Estado do Rio Grande do Sul e seus municípios. Os dados apresentados tiveram o início de sua coleta em 1990 até os dias atuais. Eles são apresentados por:

- Município;
- Microrregião;
- Mesorregião;
- Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes);
- Região Metropolitana de Por-

to Alegre (RMPA);

- Total do Estado.

Indicadores e periodicidade

Os indicadores relacionados às crianças e aos adolescentes encontrados no FEEDADOS são:

a) Demografia (atualizados uma vez ao ano):

- Mortalidade infantil;
- Número de nascidos vivos;
- População.

b) Educação (atualizados uma vez ao ano):

- Educação Infantil;
- Ensino Fundamental, médio, especial, jovem adulto;
- Taxa de analfabetismo.

c) Índice de desenvolvimento socioeconômico - IDESE (atualizados uma vez ao ano):

- Bloco educação.

d) Representação Política (atualizados uma vez a cada 2 anos):

- Número de eleitores menores.

como acessar

Fundação Economia e Estatística – FEE
 Endereço: Rua Duque de Caxias, 1691 Porto Alegre – RS
 Telefone: (51) 3216-9000 Fax: (51)3216-9135
http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/menu_consultas.asp?tp_Pesquisa=var_Anual



1. Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (Ciespi)

Apresentação

O Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (Ciespi) é um centro de estudos que desenvolve pesquisas e projetos sociais voltados a crianças, adolescentes, jovens e seus elos familiares e comunitários. Tem como meta subsidiar políticas e práticas que contribuam ao desenvolvimento integral e à promoção e defesa dos direitos dessa população.

Atuação e Objetivo

- Desenvolvimento de estudos, pesquisas e projetos sociais;
- Assessoria interdisciplinar em âmbito nacional e internacional;
- Capacitação de estudantes e profissionais;
- Sistematização e difusão de informações.

Metodologia de Pesquisa

Os dados apresentados no banco de dados do Ciespi são, em sua maioria, coletados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do IBGE. No final de cada gráfico/tabela, há uma pequena explicação de como interpretar as informações.

Indicadores

Demográficos

- Sexo/idade;
- Cor/idade.

Vulnerabilidade associada às condições precárias de vida

- Situação de pobreza de crianças, adolescentes e famílias;
- Condições de saneamento dos domicílios.

Vulnerabilidade em relação ao contexto familiar

- Gravidez na adolescência;
- Nível de escolaridade da mãe;
- Ausência de proteção social à família.

Vulnerabilidade associada à violação do direito à educação

- Desigualdade de acesso à educação;
- Inadequação de série por idade.

Vulnerabilidade associada à violação ao trabalho infantil

- Vulnerabilidade associada à violação ao trabalho infantil.

como acessar

\\Endereço: Estrada da Gávea, nº50 | Rio de Janeiro - RJ
Telefone/Fax: (21)2259-2908 | E-mail: ciespi@ciespi.org.br
Site: <http://www.ciespi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=88>

notas

2. Pastoral da Criança [PARANÁ]

Introdução

Criada em 1983, a Pastoral da Criança é uma instituição reconhecida mundialmente pelas ações de combate à mortalidade infantil e melhoria da qualidade de vida das crianças pobres e suas famílias. É uma instituição de base comunitária que tem seu trabalho fundamentado na solidariedade e na partilha do saber.

Atuação e Objetivo

Visando promover o desenvolvimento integral das crianças pobres, em seu contexto familiar e comunitário, realiza ações preventivas de saúde, nutrição, educação e cidadania praticada por voluntários capacitados.

Para que isso se viabilize, há uma organização da comunidade e capacitação de líderes voluntários que vivem no local, que assumem a tarefa de orientar e acompanhar de 10 a 15 crianças vizinhas em ações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania, buscando o fortalecimento do sujeito e sua transformação pessoal e social.

Busca-se formar uma rede soli-

dária de apoio às famílias mais pobres, em especial às mães ou responsáveis pelas crianças. As ações desenvolvidas são práticas educativas simples, fáceis e baratas.

Metodologia de Pesquisa

Mensalmente, líderes voluntários da pastoral fazem visitas às famílias cadastradas na instituição e, além de darem suas orientações, fazem a coleta antropométrica das crianças. As informações coletadas são sistematizadas e ficam dispostas no site da Pastoral da Criança.

Indicadores

- Crianças por líder;
- Gestantes por líder;
- Média mensal de mortes – de 1 a menores de 6 anos;
- Média mensal de mortes – menores de 1 ano;
- Média mensal de nascimentos;
- Mortalidade de menores de 1 ano por mil acompanhados;
- Mortalidade por mil nascidos;
- Número de crianças de 0 a menores de 6 anos cadastradas;

Metodologia de Pesquisa

O ICom realiza anualmente um relatório chamado “Sinais Vitais”. Inicialmente é constituído um comitê por diversas esferas do Poder Público e da Sociedade Civil, que definem quais indicadores serão analisados.

Concluída a primeira etapa, a equipe do ICom faz a coleta desses indicadores em instituições oficiais e realiza uma análise crítica sobre eles utilizando a metodologia canadense *Vital Signs*³⁷, adaptada à realidade brasileira e atendendo as especificidades da região

pesquisada. Com esse relatório, busca-se encontrar e mostrar a identidade do local analisado.

Sua primeira publicação foi em 2007 e vem sendo publicado desde então. Contudo, como citado anteriormente, a cada ano os indicadores analisados são diferentes, uma vez que eles são definidos por um comitê. O relatório Sinais Vitais já foi utilizado pelos Conselhos Municipais e pela Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), para subsidiar suas ações.

- 37 Metodologia desenvolvida pela *Community Foundations of Canada*, que consiste em analisar de forma contextualizada os indicadores já existentes, fornecidos por institutos de pesquisas reconhecidos. Tal análise é feita a partir da perspectiva de diversos atores e os dados são apresentados de forma simples e atraente para que possam ser acessados pelos diversos públicos. Mais informações em: <http://www.vital-signscanada.ca>

como acessar

Instituto Comunitário Grande Florianópolis ICom
Rua Jerônimo Coelho, 383 – Sala 505 – Centro
Florianópolis – Santa Catarina
Telefone: (48)3222-5127
E-mail: icomfloripa@icomfloripa.org.br
Site: <http://www.icomfloripa.org.br/>

1. Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (OBS)

Apresentação

Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (OBS) é uma iniciativa do Governo Federal que constitui um dos projetos da Agenda Social Criança e Adolescente, desenvolvida para reunir e acompanhar informações e indicadores sobre as políticas públicas focadas na redução da violência contra crianças e adolescentes. É coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, por meio da Secretaria de Direitos da Criança e Adolescente – SNPDCA que, junto com 14 ministérios constituem o Comitê Gestão da Agenda Social Criança e Adolescente.

como acessar

Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – OBS

Site: <http://www.obscriancaeadolescente.gov.br/>

Atuação e Objetivo

- Trabalha com ênfase no monitoramento das atividades da Agenda Social;
- Estimula a participação de adolescentes no contexto do compromisso;
- Reúne e acompanha informações e indicadores sobre políticas públicas, com foco na redução da violência contra crianças e adolescentes;
- Promove o intercâmbio de experiências;
- Facilita o acesso da população aos dados de acompanhamento, ao banco de boas práticas, e aos documentos estratégicos relativos ao conjunto de iniciativas da Agenda;
- Realiza a articulação intersetorial, intergovernamental, e interinstitucional em função da manutenção de redes de trabalho e de bases de dados sobre iniciativas condizentes com a Agenda, integrando estados, municípios, organizações nacionais e internacionais como parceiros do fortalecimento e da expansão de projetos.



1. Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade (ORBS) [PARANÁ]

Apresentação

Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade (ORBS) é uma iniciativa do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná – Fiep, do Serviço Social da Indústria – Sesi - PR e do Instituto de Promoção do Desenvolvimento (IPD), que visa contribuir com o desenvolvimento sustentável por meio da análise e do monitoramento da prosperidade e da qualidade de vida. Foi criado em 2004, inspirado no Observatório Global Urbano (GUO) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Atuação e Objetivo

- Organizar e monitorar sistemas de indicadores de sustentabilidade;
- Produzir metodologias, estudos e análises de informações;
- Disponibilizar sistemas de informações para subsidiar a

tomada de decisões e o processo de gestão dos projetos que promovam o desenvolvimento;

- Potencializar ações empresariais voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Além dessas atividades, a ORBS também realiza:

- Desenvolvimento de sistemas de informação;
- Planejamento de pesquisas;
- Mapeamento e divulgação de fontes oficiais de informações;
- Gestão da informação e produção de conhecimento;
- Desenvolvimento de metodologia para análise e monitoramento de indicadores locais.

Metodologia de Pesquisa

Os indicadores trabalhados pela ORBS são atualizados a partir das

- **Reduzir a mortalidade infantil:**
 1. Proporção de crianças menores de 1 ano com vacinação em dia – Percentual – Total;
 2. Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos – Mortes por 1 000 nascidos vivos - < 5anos;
 3. Taxa de mortalidade infantil – Mortes por 1 000 nascidos vivos - < 1 ano.

- **Melhorar a saúde materna:**
 1. Proporção de crianças nascidas por número de consultas no pré-natal – Percentual – Mais de 7 consultas;
 2. Proporção de crianças nascidas por número de consultas no pré-natal – Percentual – Nenhuma consulta;
 3. Taxa de mortalidade materna – Mortes por 100 000 nascidos vivos – Total.

- **Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento:**
 1. Proporção de escolas com acesso à internet – Percentual – 1ª à 4ª série;
 2. Proporção de escolas com acesso à internet – Percentual – 5ª à 8ª série;
 3. Proporção de escolas com acesso à internet – Percentual – Ensino Fundamental;
 4. Proporção de escolas com acesso à internet – Percentual – Ensino Médio;
 5. Proporção de escolas com computador – Percentual – 1ª à 4ª série;
 6. Proporção de escolas com computador – Percentual – 5ª à 8ª série;
 7. Proporção de escolas com computador – Percentual – Ensino Fundamental;
 8. Proporção de escolas com computador – Percentual – Ensino Médio;
 9. Proporção de escolas com laboratório de informática – Percentual – 1ª à 4ª série;
 10. Proporção de escolas com laboratório de informática – Percentual – 5ª à 8ª série;
 11. Proporção de escolas com laboratório de informática – Percentual – Ensino Fundamental;
 12. Proporção de escolas com laboratório de informática – Percentual – Ensino Médio.

como acessar

Observatório Regional
Base de Indicadores
de Sustentabilidade
(ORBS)
Endereço: Avenida
Comendador Araújo,
1341 – Jardim Botânico
| Curitiba – PR
Telefone: (41)3271-7817
Fax: (41)3271-7515
Site: <http://www.por-talodm.org.br/devinfo/>

cia e eficácia com populações em situação de risco.

como acessar

Endereço: R. Ramiro Barcelos, 2600 Sala 104 | Porto Alegre - RS
 Telefone: (51) 3308-5150 Fax: (51) 32410074
 Site: <http://www.msmedia.com/ceprua>
 E-mail: cep_rua@ufrgs.br

notas

D. Núcleo de Apoio à Infância, à Juventude e suas Famílias em Políticas Públicas (Nejif)

Apresentação

O Núcleo de Apoio à Infância, à Juventude e suas Famílias em Políticas Públicas (Nejif) localizado em Santa Maria, visa propiciar estudos, consultorias, planejamento e execução de ações referentes à infância, à juventude e suas famílias em políticas públicas por meio de programas e projetos.

como acessar

Universidade Federal de Santa Maria – Reitoria – Sala 936
 Endereço: Av. Roraima – Faixa de Camobi – Km 9 Santa Maria - RS
 Telefone: (55) 3220-9532
 E-mail: nejif@hotmail.com
 Twitter: twitter.com/nejif

FONTES DE INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS

Mundialmente, existe uma grande preocupação com os direitos das crianças e dos adolescentes. Essa afirmação pode ser verificada a partir de organismos internacionais que, visando subsidiar com informações estatísticas, apresentam dados sobre essa população. Abaixo seguem alguns desses organismos internacionais com informações sobre crianças e adolescentes.

1. The Luxembourg Income Study (LIS)

O Estudo de Renda Luxemburgo é um arquivo de dados e centro de pesquisa dedicado a análises transnacionais cuja missão é permitir, facilitar, promover e realizar investigações comparativas transnacionais sobre dados socioeconômicos e fatores institucionais que moldam esses resultados. Os dados são organizados em “ondas” (Waves) que correspondem a intervalos regulares (Wave I: por volta de ano de 1980; Wave II: por volta de 1985; Wave III: por volta de 1990; Wave IV: por volta de 1995; Wave V: por volta de 2000; Wave VI: por volta de 2004).

Os dados já trabalhados são acessíveis publicamente. Para acessar os micros dados, contudo, é preciso fazer um cadastro (aos usuários brasileiros o acesso é gratuito para todas as informações existentes no arquivo). Esse cadastro é renovado anualmente. Esse controle é necessário devido às restrições aos dados de muitos países participantes do LIS.

<http://www.lisdatacenter.org/data-access/key-figures/download-key-figures/>

2. The Organization for Economic Co-operation and Development (OECD)

A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico é um organismo cuja missão é promover políticas para melhorar o bem estar econômico e social das pessoas ao redor do mundo. Seu trabalho é feito junto com os governos para compreender o que impulsiona mudanças econômicas, sociais e ambientais.

Para comparar os indicadores entre os países:

http://www.oecd.org/document/39/0,3746,en_33873108_36016449_46462759_1_1_1_1,00.html

Para os indicadores Brasileiros:

http://www.oecd.org/country/0,3731,en_33873108_36016449_1_1_1_1_1,00.html

3. World Health Organization (WHO)

A Organização Mundial da Saúde é o organismo que dirige e coordena a saúde dentro do Sistema das Nações Unidas. É responsável pela normatização, padronização e fornecimento de suporte técnico aos países.

<http://www.who.int/gho/countries/bra/en/>

4. Pan American Health Organization (PAHO)

A Organização Pan Americana de Saúde é uma agência de saúde internacional pública que visa melhorar a saúde e o padrão de vida dos países americanos. É reconhecida internacionalmente com parte do sistema da Nações Unidas.

http://new.paho.org/hq/index.php?option=com_content&task=view&id=2470&Itemid=2003

5. The Economic Commission for Latin America (Ecla)

A secretaria da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe foi fundada com o propósito de contribuir no desenvolvimento econômico da América Latina, na qual o desenvolvimento social dessa região foi incluído como objetivo primário.

<http://websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=estadisticas>



6. Social Watch

A Social Watch é uma rede de cidadãos que lutam para erradicar a pobreza e suas causas para garantir a distribuição equitativa de riqueza e a realização dos direitos humanos.

http://www.socialwatch.org/node/97/measuring_progress

7. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)

A Organização Educacional e Cultural das Nações Unidas é um organismo cujo foco é criar condições para que diferentes civilizações, culturas e pessoas possam dialogar a partir dos valores em comum que compartilham. Sua missão é contribuir para a paz, erradicação da pobreza, desenvolvimento sustentável e diálogo intercultural através da educação, das ciências, cultura, comunicação e informação.

<http://www.uis.unesco.org/Pages/default.aspx>

8. The United Nations Children's Found (UNICEF)

O Fundo das Nações Unidas para Infância foi criado no período da Segunda Guerra Mundial, visando prover alimentos e promover assistência à saúde das crianças dos países devastados pela Guerra. Sua atual função é promover os direitos das crianças, uma vez que acreditam que com um bom começo de vida constitui um fundamento forte para o futuro de uma pessoa.

http://www.childinfo.org/statistical_tables.html



Fontes estatísticas oficiais nacionais

PÁGINA	INSTITUTO DE PESQUISA	ÁREA	PERIODICIDADE DE PESQUISA	ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	FORMA DE ACESSO E CONSULTA
80	IBGE – Censo demográfico	Demográfica	Decenal	Todo território nacional	http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010rpu.asp?o=4&i=P
82	IBGE – Contagem da População	População recenseada	Período intercensitário	Em 97% dos municípios, o restante é estimado	http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/default.asp?o=21&i=P
84	IBGE – Registro Civil – RC	Cidadania	Anual	Todo território nacional	http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/rc/
86	IBGE – Indicadores de desenvolvimento sustentável	Saúde	Anual	Brasil, grandes regiões e unidades da federação	http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ids/default.asp
		Educação	Anual	Brasil, grandes regiões e unidades da federação	
88	IBGE – Pesquisa de Informações Básicas dos Municípios – Munic	Educação	Anual	Todos os municípios do Território Nacional	http://www.ibge.gov.br/munic2009/
		Transporte			
		Direitos Humanos			
		Política de Gênero			
		Saúde			
		Segurança Pública			
90	IBGE – Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF	Demográfica	Eventual por amostragem probabilística	Todo território Nacional	http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?ti=1&tf=99999&e=v&p=OF&z=t&o=23
		Econômica			
		Medida antropométrica			
92	IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego – PME	Econômica	Mensalmente	Regiões metropolitanas do Recife, de Salvador, de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Porto Alegre.	http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pme/default.asp?o=18&i=P
94	IBGE – Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PenSE	Saúde	Eventualmente	Abrange os municípios das capitais e o Distrito Federal	http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pense/default.asp?o=20&i=P
		Educação			
96	IBGE – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio – PNAD	Migração	Anual	Todo território nacional por amostragem probabilística	http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/sintese_defaultpdf_serie.shtm
		Educação			
		Econômico			
99	Datassus – Indicadores e Dados Básicos – IDB	Demográfico	Anual	Grandes regiões, Estados, Distrito Federal, Regiões metropolitanas e Capitais.	http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0201
		Socioeconômico			
		Mortalidade			
		Morbidade e Fatores de Risco			
103	Inep Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	Saúde	Anual e Bianual	Todo território nacional	http://portal.inep.gov.br/
		Educação			
103	Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	Macroeconômico: econômicos	Mensal a decenal	Todo território nacional	http://www.ipeadata.gov.br/
		Social: pobreza educação e saúde			
		Regional: demográficos e geográficos			

Fontes estatísticas oficiais nacionais (continuação)

PÁGINA	INSTITUTO DE PESQUISA	ÁREA	PERIODICIDADE DE PESQUISA	ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	FORMA DE ACESSO E CONSULTA
108	Sipia – Sistema de Informação da Infância	Violência População Criança desaparecida	Banco de dados alimentado de acordo com registro nos Conselhos Tutelares	Todo território nacional	http://portal.mj.gov.br/sipia/
110	Instituto Sangari – Mapa da Violência	Homicídio Acidente de transporte Suicídio	Anual	Todo território nacional	http://www.sangari.com/mapadaviolencia/

Fontes estatísticas oficiais – Região Sul

PÁGINA	INSTITUTO DE PESQUISA	ÁREA	PERIODICIDADE DE PESQUISA	ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	FORMA DE ACESSO E CONSULTA
117	IparDES	Saúde; Educação; Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M); Demográficos; Pirâmide etária; Índice IparDES de Desempenho Municipal – IPDM	Mensal e anual	Estado do Paraná e seus municípios	http://www.ipardes.gov.br/
119	FEE – Fundação de Economia e Estatística	Educação	Anual	Municipal e estadual	http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/menu_consultas.asp?tp_Pesquisa=var_Anual

Instituições que realizam pesquisas e observatórios de núcleos de estudos nacionais

PÁGINA	INSTITUIÇÕES QUE REALIZAM PESQUISA E OBSERVATÓRIOS E NÚCLEOS DE ESTUDOS	ÁREA DE ATUAÇÃO	ABRANGÊNCIA	FORMA DE ACESSO E CONSULTA
121	Ciespi	Saúde Trabalho infantil	Nacional	http://www.ciespi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=91
128	OBS – Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	Violência	Nacional	http://www.obscriancaeadolescente.gov.br/



Instituições que realizam pesquisas e observatórios de núcleos de estudos – Região Sul

PÁGINA	INSTITUIÇÕES QUE REALIZAM PESQUISA E OBSERVATÓRIOS E NÚCLEOS DE ESTUDOS	ÁREA DE ATUAÇÃO	ABRANGÊNCIA	FORMA DE ACESSO E CONSULTA
122	Pastoral da Criança	Demografia Saúde Mortalidade Educação Trabalho infantil	Comunidades que a instituição está inserida	http://si.pastoraldacrianca.org.br/pastcri-prg/
124	ICom – Instituto Comunitário Grande Florianópolis	Apóiam instituições com aporte financeiro e assessorias que atuam com crianças e adolescentes. Realizam análise de dados	Florianópolis	http://www.icomfloripa.org.br/
126	Proame Programa de Apoio a Meninos e Meninas Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Bertholdo Weber:	Habitação Saúde Educação Segurança Violência doméstica; Abuso Exploração sexual Economia Meio ambiente Demografia	Município de São Leopoldo - RS	http://www.cedecaproame.org.br/
129	ORBS - DEVINFO Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade	Educação Saúde Mortalidade	Nacional e regiões do Paraná	http://www.portalodm.org.br/devinfo/
132	PCA – Programa Multidisciplinar de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente	Assessorar, capacitar, intervir; produção científica priorizando a participação de diferentes atores sociais na defesa da criança e do adolescente.	Maringá	http://pcauem.blogspot.com/
134	Observatório de Violências na Infância	Violência	Curitiba	observatorioviolencias.cespdh-ufpr@gmail.com www.ppgd.ufpr.br
137	Nepa – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência	Realiza estudos sobre adolescência, visando integrar a pesquisa e o ensino acadêmico	Porto Alegre	http://www.msmdia.com/ceprua
138	CEP-Rua NH Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua – Nova Hamburgo	É um centro de pesquisa e intervenção psicológica para meninos e meninas vítimas de violência sexual	Nova Hamburgo - RS	http://www.msmdia.com/ceprua
135	CEP-Rua – Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua	Produzem conhecimentos sobre educação e desenvolvimento psicológico das populações em situação de risco	Porto Alegre	http://www.msmdia.com/ceprua
141	NEJIF – Núcleo de Apoio à Infância, à Juventude e suas Famílias em Políticas Públicas	Realiza estudos, consultorias, planejamento e execução de ações referentes à infância, à juventude e suas famílias em políticas públicas, por meio de programas e projetos	Santa Maria - RS	http://www.msmdia.com/ceprua

Instituições que realizam pesquisas e observatórios de núcleos de estudos – Região Sul (continuação)

PÁGINA	INSTITUIÇÕES QUE REALIZAM PESQUISA E OBSERVATÓRIOS E NÚCLEOS DE ESTUDOS	ÁREA DE ATUAÇÃO	ABRANGÊNCIA	FORMA DE ACESSO E CONSULTA
142	NECASR – Núcleo de Estudos sobre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua	Realiza estudos sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de rua.	Porto Alegre	http://www.msmedia.com/ceprua
143	Nedica – Núcleo de Estudos sobre Direitos da Criança e do Adolescente	Estuda a situação dos Direitos da Criança e do adolescente no Brasil	Porto Alegre	http://www.msmedia.com/ceprua
144	NEPRPP – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Resiliência e Psicologia Positiva	Realiza pesquisas da psicologia positiva e da resiliência	Porto Alegre	http://www.msmedia.com/ceprua
145	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho	Realiza estudos sobre o trabalho infantil, saúde mental, violência e gênero relacionados ao trabalho	Porto Alegre	http://www.msmedia.com/cepruaw



GLOSSÁRIO³²

Amostragem: é uma metodologia estatística que permite analisar características de uma população, com certo grau de precisão, a partir de uma parte dela. Dependendo do número (tamanho) da população e do grau de precisão que se deseja, tem-se um tamanho da amostra.

Amostragem Autoponderada: Quando cada elemento pertencente à população tem a mesma probabilidade, diferente de zero, de participar da amostra.

Amostragem por Conglomerado: A população é dividida em diferentes conglomerados (grupos), extraindo-se amostras apenas dos conglomerados selecionados, e não de toda a população. O ideal seria que cada conglomerado representasse tanto quanto possível o total da população, ou seja, que fosse mais heterogênea possível. Na prática, selecionam-se os conglomerados geograficamente. Escolhem-se aleatoriamente algumas regiões, em seguida algumas sub-regiões e finalmente, alguns lares. Esse processo possibilita ao pesquisador entrevistar apenas poucas pessoas.

Amostragem Probabilística: É uma amostra escolhida ao acaso da população, cuja probabilidade de cada elemento tem de integrar a amostra, é conhecida e diferente de zero.

Anualização: Estabelecer um índice anual.

Autarquia: Entidade com patrimônio próprio e vida autônoma, criada pelo Estado, para auxiliá-lo no serviço público.

Cartográficos: Relativo à cartografia,

ou seja, é um conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo como base os resultados de observações diretas ou a análise de documentação já existente, visa a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão gráfica ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, bem como sua utilização.

Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI): É o órgão do IBGE que planeja, coordena e executa as atividades de organização e fornecimento de informações aos usuários. Desenvolve produtos e serviços de informação, promovendo sua divulgação e comercialização.

Comissão de Brudtland: Foi uma comissão mundial, ocorrida em 1987, que discutiu temas referentes ao meio ambiente e desenvolvimento, segunda a qual o desenvolvimento seria “um processo que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Foi a partir dessa comissão que o termo “desenvolvimento sustentável” começa a ganhar notoriedade.

Consolidar: Reunir alguma coisa segundo critérios definidos pelo autor.

Coordenação de População e Indicadores Sociais: É uma das coordenações da Diretoria de Pesquisas do IBGE (DPE). DPE é o órgão do IBGE responsável por produzir, sistematizar estudos, pesquisas e trabalhos da natureza estatística relativos à si-

tuação demográfica, econômica social, ambiental e administrativa do País.

Cooperação Institucional, Técnica e Financeira, bilateral e multilateral:

> **Cooperação Institucional Técnica:**

É um tipo de cooperação no qual ocorre cessão ou troca de recursos humanos especializados, treinamentos, formação profissional e de equipamentos.

> **Cooperação Institucional Financeira:** Tem como principal característica de fornecer apoio financeiro para o desenvolvimento de programas e/ou projetos nacionais através de contribuições e parcelas de recursos referentes a contratos e empréstimos de instituições financeiras internacionais.

> **Bilateral:** É a cooperação que ocorre através dos acordos assinados entre governos de dois países.

> **Multilateral:** É a cooperação que ocorre através dos acordos entre o governo de um país e uma entidade internacional.

Crítica dos Dados: A crítica realizada pelo IBGE é a verificação dos questionários que são entregues à instituição. É verificado se o preenchimento deles foi realizado de forma adequado, visando à garantia da qualidade dos dados fornecidos.

Demografia: São estudos estatísticos de uma população a qual se pretende representá-la estatisticamente.

Deflacionamento: Ação de reduzir a inflação.

Domicílio fechado: É o domicílio particular ocupado, cujos moradores estavam temporariamente ausentes durante todo o período da coleta.

Equiprobabilidade: Que tem o mesmo grau de probabilidade; igualmente provável.

Fecundidade: É o número médio de filhos que uma mulher teria ao final de sua idade reprodutiva.

Frações: As frações mencionadas na metodologia do Censo Demográfico são referentes à porcentagem utilizada da população total dos municípios para construir a amostra analisada (amostragem). A diferença percentual entre os cinco grupos ocorre devido ao grau de precisão desejado.

Inflação: É a diminuição do poder de compra de uma moeda ocasionada por diversos fatores, sendo a mais conhecida a emissão excessiva de papel-moeda que provoca a diminuição do valor real de uma moeda.

Inflacionamento: Ação de provocar a inflação.

Intercensitário: Período entre dois censos.

Intergovernamental: Entre governos.

Interinstitucional: Entre instituições.

Intersetorial: Entre setores.

Ministérios: É um dos departamentos que realiza articulação essencialmente na administração pública de um país em conformidade com as diretrizes políticas estabelecidas pelo governo que está ligado ao poder executivo.

Mortalidade: É o conjunto de mortes ocorrido em um determinado intervalo de tempo. Em estudos demográficos, geralmente é analisado a taxa de mortalidade (Quociente entre o número de óbitos ocorridos e a população total. O resultado encontrado é multiplicado por 100 mil).

Nupcialidade: É a condição das pessoas em relação ao fato de viverem em companhia de cônjuge, seja em decorrência de casamento civil, religioso, civil e religioso ou união consensual estável.

Periculosidade: Qualidade ou estado de ser perigoso.

Previdenciário: Refere-se aos programas governamentais que visam amparar e proteger o trabalhador e seus familiares na velhice e nas enfermidades, através de aposentadoria e assistência médica e hospitalar.

Prospectivo: Que faz ver adiante ou longe.

Quesito: Questão a qual se pede uma resposta.

Questionário da Amostra: É constituído por 108 quesitos relacionados às características do domicílio e de seus moradores na data de referência. Inclui os quesitos do Questionário Básico além de outros mais aprofundados. É aplicado em todas as unidades selecionadas para amostra.

Questionário Básico: É constituído por questionários relacionados às características do domicílio e de seus moradores na data de referência. É aplicada em todas as unidades domiciliares que não são selecionadas para amostra.

Recenseador: É a pessoa cuja principal função é coletar informações para o Censo Demográfico.

Setor Censitário: É a unidade territorial estabelecida com finalidade de controle cadastral, formado por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitam o levantamento por um

recenseador. Assim sendo, cada recenseador procederá à coleta de informações, tendo como meta a cobertura do setor censitário que lhe é designado. Na realização do Censo 2010, o Brasil foi dividido em cerca de 314 mil setores censitários.

Sífilis congênita: É a sífilis transmitida pela gestante ao feto.

Sistema Oracle: É basicamente uma ferramenta cliente/servidor para gerenciamento de bases de dados.

Sociedade Civil: é constituída por diversos segmentos, como as instituições cívicas, sociais e organizações que formam os alicerces de uma sociedade em funcionamento. A presença de uma Sociedade Civil forte é essencial para garantir a democracia, a paz, a segurança e o desenvolvimento.

Transnacional: Que vai além das fronteiras nacionais, englobando mais de uma nação.

Vulnerabilidade: É o estado de um indivíduo de estar vulnerável, suscetível a ações benéficas ou maléficas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Capítulo 3

HUSSMANN, Ralf. MEHRAN, Farhad. VARMÁ, Vijaya. **Surveys of economically active population, employment, unemployment, and underemployment: an ILO manual on concepts and methods.** International Labour Office 1990.P.222
www.pucrs.br/famat/cecilia/Amostragem_e_estimacao.doc

MOORE, David S. **A estatística básica. 3ª Edição.** http://www.oas.org/pt/topicos/sociedade_civil.asp

Considerações finais

Este diagnóstico mostra que existem informações sobre a infância nos três níveis (nacional, estadual e municipal) de diversas fontes de qualidade e de atualização periódica, porém que apresentam aspectos que necessitam de uma melhora tanto na adequação de termos referentes ao enfoque de direitos humanos, quanto em relação à confiabilidade e representatividade dos dados, bem como contradições referentes a faixas etárias e a legislação vigente no país.

Aponta-se a necessidade da criação de mecanismos de identificação de dados sobre situação da infância que, ainda hoje, não se dispõe a exemplo de crianças e adolescente em situação de rua e crianças e adolescente em situação de exploração laboral.

Informações variadas se apresentam tanto em nível nacional como nos níveis locais necessitando de sistematização. Estas deveriam ser tomadas como esforços importantes que podem ser subsídios para fortalecimento da Sociedade Civil no exercício do controle social.

O acesso aos dados e informações para as crianças e adolescentes é um verdadeiro desafio, fazendo com que estratégias e metodologias inovadoras sejam uma necessidade a ser desenvolvida, a fim de torná-lo realidade.

A ausência de indicações de instituições que realizam pesquisa em alguns estados se deve ao fato da dificuldade de acesso as informações, supondo a sua não existência ou a carência de divulgação.

Realização:



Apoio:

